

**“Memórias Restauradas do Antigo  
Lugar e Vila do Sardoal”**

**Jacinto Serrão da Mota**

**1753 - 1775**

# PRÓLOGO

**E**stava sem uso o amor da Pátria e não era mais do que um affecto natural. Aplicou-se uma vez sem saber o que faria a vontade; ou por entreter as livres horas a que o ócio faz parecer vagarosas, ou por mudar à aplicação os objectos, a inestimável Carta de Mercê com que o Senhor Rei D. João III fez Vila o Sardoal, foi quem agitou os estímulos daquele amor, comunicando-lhe actividade para se pôr em exercício. Também como ao brado da funda que vibrou oculta mão, deixa a sossegada ave o tronco ou muro onde repousa, sobrando as asas se limite a inquirir lugar mais iminente; da mesma sorte abriu aquele amor as asas e procurando demonstrar-se, dirigiu o seu vôo ao tecto mais alto do Templo a quem soleniza a memória.

Aqui, parecendo-lhe o lugar mais adequado para nele expôr à posteridade aquele inestimável padrão, o mesmo amor procurou formar-lhe base de outras gloriosas excelências, sobre a qual houvesse de colocá-lo. E foi preciso que passasse a ser desvelo o que começara entretenimento.

Ouviam-se nos caracteres mudos daquele papel, as vozes vivas daquele Monarca; e estas foram o impulso oculto da mão que comoveu os affectos do meu ânimo para pôr em uso aquele amor que todos tributam à Pátria onde nasceram.

Não me admirava que no ânimo de um Príncipe tão cheio de equidade e justiça ou que na grande alma de um Monarca, que todo era beneficiência e liberdades, se achasse uma resolução tão magnífica e singular como a sua, tão heróica e tão livre, como leal.

Assombrava-me que um povo que era termo de outro, houvesse tão compíscua nobreza de moradores que merecesse fazer nela reflexo a luz da Majestade!

As beneficiências, as liberalidades, as equidades, as justiças, são attributos naturais em todos os príncipes, bem que poucos os logram em grau tão eminente como o Príncipe D. João III. Porém ouvir ali da boca deste Monarca que por ver o grande aumento em que o Sardoal se via de Fidalgos, Cavaleiros e Homens de Criação e pessoas de honra que nele viviam, fosse o motivo que provocou a sua atenção para fazer Vila o lugar de Sardoal sem que os seus moradores nem outrém por eles lho requeresse; mas sim de seu moto próprio e poder real e absoluto, esta singularidade de excelência foi admirável estímulo que sentiram as faculdades de meu ânimo para promover-se a indagar, como fora o Sardoal em outros tempos. Isto é, o princípio da sua fundação e antiguidade, de sua existência e nobreza dos seus moradores, examinando todos os meios que se pudessem conduzir ao conhecimento fidedigno destas três designadas circunstâncias.

A primeira não a penetrei; mal alcancei a segunda; e a terceira melhor a concluira ou pelo menos adiantava se começasse nesta empresa há cem anos, que ainda os Cartórios Públicos me poderiam dar os elementos que me faltam, ao menos desde o princípio do século de 500. Nesses poucos que achei por não

se descobrirem outros, as fadigas de uma laboriosa aplicação, apenas pude especular. De entre papéis rotos, consumidos e desbaratados do tempo o que baste para fazer demonstrável, quão grande fora a nobreza com que o Sardeal se ilustrara naqueles séculos, pois a não ser tão grande nos não ficariam dela nem esses quase apagados vestígios.

Confirmado e definido com ver que hoje em qualquer povoação grande se não topará facilmente. E um tão grande número de pessoas nobres como dentro de um ano se acharam vivendo juntas no Sardeal, segundo se colhe tanto pelos foros de sua nobreza, como pelas ocupações em que se exercitavam. Isto num povo que se já não era lugar, acabava de o ser. Todo o referido se verá, tanto pela plana dos Cavaleiros, como pela dos ofícios de justiça régia, em todos os tempos foram vestígios da nobreza.

A existência do Sardeal indica a grande antiguidade deste povo, pois segundo as cartas da Rainha Santa Isabel que em seu lugar vão notadas, já pelo século de 300 se fazia menção de ser antiga a jurisdição deste lugar. O mesmo se vê pelas de D. Pedro I no mesmo século, em que confirma ao Sardeal a posse dos seus antigos estilos e privilégios; e em outras cartas e mercês que se acham neste livro, que todas evidenciam uma existência antiquíssima, não só de povoação mas de julgado que ainda denota maior antiguidade de povo. Se acaba de certificar esta verdade com o Alvará de D. Afonso V passado no século de 400, em que depois de confirmar ao Sardeal suas antigas isenções, digo, estas liberdades lhes guardaram todos os Reis seus antecessores, com o que sem fazer grande ou pequena violência, a razão parece que já o primeiro Rei de Portugal guardou ao Sardeal, suas liberdades.

Em que a sua fundação não se achem nestas as mesmas dúvidas e dificuldades que se acham na fundação das mais povoações antes do Reino. De nenhuma se diz o seu princípio, nem se pode dizer sem quimera. Pois, segundo notou certo autor francês, que todas as nações têm a sua, não fica impróprio, também àquelas povoações, de não haver probabilidade indefetível de sua primeira origem e fundação. Aproveitando-se pois deste aforismo, discorro nesta parte desde o Rei 1<sup>o</sup> até ao quinto e parece-me não tão quimérica que careça de verosimilhança com o possível.

Enfim demos por certo que achámos memórias que com clareza nos informam de que o Sardeal não só teve o seu princípio pela destruição de Cartago ou pelas ruínas de Tróia, que eu não quero, sem estar nem ainda pela fundação dos primeiros povoadores da Lusitânia; esses filhos de Tubal, netos de Noé; mas quero que a fundação do Sardeal, seja tão antiga como o mesmo mundo e glória lhe vem disso!

Porventura pode por esse motivo resultar-lhe outra que possa equiparar-se com a que lhe deu a Majestade do Senhor Rei D. João III, que com termos tão cheios de honra para este povo, como de inveja já para os mais, desmembrou do termo e sujeição de Abrantes e a fez Vila, enobrezando-a com outras gloriosas circunstâncias mais, expressadas naquele padrão passado no ano de 1531?

Nem para a glória e honra do Sardeal serão precisas outras notícias de mais tempo. Fiquem-lhe embora, redundantes todas as antiguidades por mais incompreensíveis. Esta é a mais bem justificada honra de sua gloriosa criação.

Fosse o seu fundador quem fosse: um bárbaro aposentado, ou fosse um régulo gentio. O seu criador foi a Majestade Católica do Senhor Rei D. João III.

E não é preciso solicitar maior abono com que exaltar a criação da Vila do Sardeal.

Restaurar estas suas memórias foi a oficina do desvelo, em que juntando umas notícias a outras se fabricou este volume, no qual o som do correr da pena livre naquilo em que por falta de prova, para o verdadeiro se deu lugar ao verosímel. Isto no que diz respeito à fundação do Sardeal.

Nada mais vai dito em que se não assinale o lugar em que foi achado.

## PROTESTO E DECLARAÇÃO DO AUTOR

**E**u não sou cronista das grandezas do Sardeal, nem historiador das suas glórias passadas, mas um mero restaurador das suas memórias.

Para isto me não levou outro interesse senão a razão de natural, por ser a minha pátria e desejar honrá-la por mais ter que honrar-me dela.

O historiador difere do novelista, em que este nenhuma intenção leva de falar verdade quando escreve. Aquele, sim. Pela força a há-de propor verdadeira, sem alguma vez faltar a esta condição a não ser que circunstâncias remotas venham a enganá-lo. O restaurador de memórias, se não for homem de verdade, não se meta nessas empresas; porque não deve dizer senão o que pode mostrar livre de todo o escrúpulo, dizendo o que não achou, ou mais daquele fadou de força grave mentir.

Por livrar a este sobreescrito achará o leitor abreviada carta, pois não pus mais nela por não o achar. E assim se este pouco ofereço à posteridade não der aos leitores de que se admirem, devam-me, pelo menos, não lhes dar com que se enfadem. Que só é de minha conduta não enfastiar os amigos de ler verdades duvidosas, a que outros chamam mentir, em bom português. A paixão que me dominou, foi fazer tudo demonstrável pelos lugares que notei; que nisso difere o restaurador do novelista. É verdade que por lá se ficou a vista, por esses Cartórios e Arquivos Públicos e particulares. Mas também os leitores não hão-de ver neste manuscrito patranhas que os assombrem, senão verdades que os deleitem.

## DESCREVE-SE A SITUAÇÃO DO SARDOAL, SEU CLIMA E A ANTIGUIDADE DO SEU JULGADO E CONCELHO; DÁ-SE OPINIÃO DE SEUS PRINCÍPIOS E SE MEMORIZAM AS SUAS EXCELÊNCIAS:

**SARDOAL**, terra da Extremadura, situada a uma légua do Tejo, para norte. É povoação antiquíssima, tanto que não há memória que por escrito, nem ainda por tradição, que nos informe dos seus princípios.

Presume-se que pela bondade do sítio, qualidades do clima, pureza de ares, excelência das águas e fecundidade das terras, o elegeram os primeiros habitantes para sua vivenda, lá desde o tempo em que apenas seria casal ou limitada aldeia.

E vendo o saudável de seu temperamento e outras propriedades mais, conducentes para o trato da vida, desamparando, talvez, os lugares de sua vizinhança de que hoje não há memória, mais que pelas ruínas de alguns, em que até os vestígios dão mais lugar à presunção que ao exame, se diriam congregando com vizinhança de moradores atraídos também da utilidade de que certamente naquele tempo experimentariam nas suas culturas.

Fosse como fosse, indagar princípios naquilo em que não há certeza, não é mais do que convidar as opiniões para o que a cada um parecer mais verosímil. E ou por foral de seu primeiro princípio ou por haver crescido em opulência, foi o Sardeal julgado, teve concelho e jurisdição antes de ser Vila; bem que não sabemos dos séculos antes, mas sabemos que já no de 300 era isto mesmo.

Esta antiguidade se mostra por uma carta ou alvará da Santa Rainha D. Isabel, que anda nos Arquivos da Câmara, passada em Coimbra em 1313, a fim de que a Estrada com que a Beira se comunica com Punhete e Abrantes, passasse dentro do Sardeal. Em que se vê já, no dito ano, serem aqui juizes Gil Roiz e Vicente Anes, tempo em que o Reino e a Monarquia dos Reis Portugueses não tinha mais de 200 anos, espaço muito limitado para presumirmos que dentro dele se fizesse o Sardeal benemérito, se não o houvera sido antes da Monarquia. Pois, sem dúvida, que se era termo de Abrantes e tão vizinho que não passa de légua, se não lhe concederia jurisdição fosse quando fosse sem uma consistente antiguidade de sua tanto extrínseca como intrínseca grandeza.

Suposta esta, não fica difícil crer que entre os povos Tubucenses de que fazem menção a maior parte dos historiadores e geógrafos antigos, fosse o Sardeal um deles como maior dos da sua vizinhança. Isto devemos considerar antes da Época Terceira de que falam os referidos, porque no tempo dos Romanos, Godos e Árabes, não há historial que nos informe de outro lugar maior, mais próximo de Abrantes e dentro da sua comarca e suposto que deste, também, expressamente não falem, senão debaixo da universal palavra “povos Tubucenses”, nela se deve compreender, com mais estreita razão o Sardeal, tanto pela estreiteza da vizinhança, como pela vantagem complexa em grandeza aos mais da referida comarca, que naqueles primeiros séculos foram sujeitos ao domínio e jurisdição de Abrantes, a seus régulos ou aposentados. Dos povos mais vizinhos, o Sardeal é o maior. Enfim, como não há onde indagar mais claras demonstrações da antiguidade deste povo, poderá haver quem diga que ele não veio do tempo em que falamos, no lugar onde está e o comprovem, talvez, com as ruínas da antiga povoação que fora onde hoje chamam o Castelo de Arcez, que pela grandeza de seu âmbito denota não haver sido povoação pequena(1) e nela se diz haver achado alguns tesouros e medalhas que eu nunca vi.

O mesmo se diz, mas com muita impropriedade do sítio, sem vestígio algum, fora em um dos montes que caem sobre o Cabril.

No sítio do Sobral também dizem ter sido povoação antiga, mas ou deveria ser muito grande ou não era junta, pela diversidade de sítios onde se topam vestígios de moradores e se tem achado moedas de cobre, outros dizem de melhores metais, telhas, ladrilhos, moinhos de pão e coisas similares que denotam ter sido ali habitado.

No ano de 1735, na primeira tapada que se topa, à mão esquerda abaixo da Forca, caminho de Abrantes, descobri em altura de dois palmos, uns ladrilhos pouco amiores cada um que uma folha de papel e mandando, por homens que ali trazia em plantio de oliveiras, escavar com cautela, na cova que para uma se abria, foi achado um cofre ou esquife para criança de dois para três anos, dentro do qual, envolto em terra se via um cordel em cinza e dois pregos grandes que mostravam ser tudo linha de pedreiros.

Naquele tempo havia pessoal e há ainda hoje, que se lembram de mandando o meu avô fazer a parede daquela fazenda, os pedreiros que andavam nela lha deixaram por acabar. E tanto não procuraram paga daquela obra, nem das que haviam feito nesta Vila, onde nunca mais tornaram. Dizem que foram riquíssimos, o que não duvido sendo o metal de preço, ainda que não fosse cheio o dito cofre.

Por outros achados de mais ou menos valor se atribui que ali fora povoação antiquíssima. Da sua grandeza não pode constar. (2)

O mesmo dizem era nos Montes do Curral da Serra (3), onde se topam alicerces de muralhas, que mais denotam fortificação que lugar. Quero que ainda o do Sardeal, naquele tempo fosse de poucos moradores e quero que também que por última ruína de qualquer das referidas povoações, ou ainda de todas elas, se com verdade o foram todas, ou acabassem pelo tempo dos Árabes ou Godos ou Romanos, se colectassem todas e unissem seus habitantes em congregação de vizinhança e que por razão das suas fazendas lhes ficarem mais vizinhas, viessem a viver no lugar onde hoje é o Sardeal. E que deste tempo, totalmente ignorado se começasse a aumentar e a crescer. Tudo concedo, sem embaraço de não haver probabilidade para nada. Porventura esses povos assim arruinados e demolidos por qualquer invasão de guerra, não eram povos Tubucences ou Tubucinos, como era o Sardeal, se já então era povo de maior ou menor grandeza.

E, sem dúvida, quero reforçar mais uma assertiva e dar ainda que anquele tempo, o Sardeal não fosse povoação, o que é muito difícil de mostrar, é que dos fragmentos dos povos Tubucinos, ou o seu aumento ou ainda o seu princípio.

Ainda a ser assim, não se pode negar a antiguidade incompreensível, tanto às memórias, como narrados, como ainda tradição.

## **MOSTRA-SE A ANTIGA EXISTÊNCIA DO SARDOAL**

Aquelas coisas não padecem dúvida e mais atenção que o exame. São as grandes mercês, liberdades e isenções, honras e privilégios que ao antigo lugar de Sardeal concederam a maior parte dos príncipes e Monarcas deste Reino.

Para demonstração do que deixaremos a Era de César e seguiremos a de Cristo:

Por carta da referida Rainha Santa Isabel, passada a requerimento dos Juizes e moradores do Sardeal, em razão de que o Alcaide de Abrantes não queria eleger Alcaide no dito lugar, como era em uso, lhe mandou Sua Majestade nomear Alcaide que fizesse o que os ditos Juizes lhe mandassem a bem da jurisdição, senão "*...a vós me tornarei...*", são palavras do mesmo Alvará.

Por outra de El-Rei D. Pedro, passada em Santarém a 19 de Julho de 1366, o mesmo Rei confirma ao Sardeal a posse de seus antigos estilos e privilégios. Daquela se vê que os moradores do Sardeal elegiam seus Almotacés e faziam as suas posturas pertencentes ao governo civil e outras coisas mais, o que tudo denota antiguidade de povo nobre.

Em outra de 1432, o Rei D. João I confirma outra que havia passado no ano de 1431 em que este povo é conservado na isenção de irem os moradores dele a honrar a Procissão do Corpo de Deus à Vila de Abrantes. Manda El-Rei que a tal não sejam constrangidos, por terem muito boa igreja, muitos bons homens e honrados, que em cada ano costumavam de muitos tempos fazer honra e procissão em tal dia, com guizamentos muito decentes.

Em outra de 1436 (4) o mesmo Rei faz guardar seus antigos privilégios aso moradores de Sardeal e que não sejam, por Abrantes, constrangidos a levar presos fora do seu termo, salvo os que passando por aqui, fossem para a Cadeia da Amêndoa.

El-Rei D. Duarte no ano de 1435, isenta os moradores do Sardeal para que não sejam constrangidos a fazerem nem consertarem estradas(caminhos) fora dos limites do seu Julgado e limites do seu Concelho, porque os de Abrantes os constrangiam a que lhes ajudassem a consertar a calçada de N. S<sup>a</sup> da Ribeira.

No ano de 1430 havia do Corregedor da Extremadura no Julgado, por sentença que os moradores de Abrantes seriam obrigados a ajudar a fazer os caminhos do Sardeal.

El-Rei D. Afonso V, confirma a referida sentença no ano de 1442.

El-Rei D. Manuel e El-Rei D. João III, confirmam a mercê que fez El-Rei D. João II, de lhe conceder jurisdição nos feitos cíveis e da almotaceria e que os Juizes pudessem conhecer de injúrias verbais, dando apelação para os Juizes de Abrantes nos casos que se devesse dar.

Confirmada por D. Manuel - Ano de 1496.

El-Rei D. João III - Ano de 1528

O mesmo Rei D. Manuel concede no ano de 1507 aos Juizes do Sardeal jurisdição sobre os casos de crimes, com tanto que os de pena de morte ou talhamento de membros sejam presos no Castelo de Abrantes, para maior segurança. Mas se livrem ali ou no Sardeal como melhor quiserem. E os de menor pena, como açoutes se executaria ao redor do Sardeal. Confirmado por El-Rei D. João III no ano de 1528.

Enfim, por não fazer esta narração mais molesta deixo de particularizar outras muitas graças e mercês feitas ao Sardeal, que se verão em outro lugar onde as levo notadas e por ora me aproveitarei de um Alvará ou Decreto de El-Rei D. Afonso V e firmada de sua real mão, em que depois de confirmar todas as honras, isenções e liberdades ao lugar de Sardeal, a requerimento do Concelho e homens bons do dito lugar de Sardeal. Conclui com estas separadas e formais palavras: **“Estas liberdades lhes guardaram todos os Reis nossos antecessores de quanto haviam de estar em posse e lhes foram guardadas”**

Depois deste Real Decreto, não há para referir maiores probabilidades em favor do Sardeal e sua antiga jurisdição. Em outra parte, levaremos mencionados quantos memoriais houvermos descoberto a este respeito, que para aqui seriam redundantes.

Nesta forma se conservou o Sardeal até ao ano de 1531, em que o Senhor Rei D. João III, de seu moto próprio e absoluto poder, fez Vila o dito lugar, sem lhe ser pedido nem rogado, mas só por ver o grande crescimento com que se aumentava, tanto em Nobreza de Fidalgos, como Cavaleiros, Escudeiros e Homens Bons e Pessoas de Criação, como na cultura de suas fazendas e grandeza de edifícios, como tudo da mesma doação e carta de mercê se verá em seu lugar.

De sorte que, sem que me leve a inclinação de patricio, ainda so que não o forem só por guardar o seu decoro à verdade, quem se atreverá a negar que sempre o Sardeal foi mimo dos Príncipes desta Monarquia. Depois deste, alguns Monarcas enobreceram esta Vila com muitas mercês e privilégios que ainda existem, bem que sem uso por culpa (ponhamos a culpa ao tempo) dos tempos.

Muitas foram as mercês que sempre dos Monarcas deste Reino receberam os moradores do Sardeal, tanto antes, como depois de ser Vila, mas eles se souberam dar

tão belo modo de agradecer que em todos os tempos se dedicaram professores de seu serviço, pois tanto nas conquistas das terras de África, como da Índia, sempre no Sardoal se acharam homens de ambas as condições que pelo serviço da Pátria e do Rei puseram voluntários as vidas e consumiram as fazendas, como em cada passo estamos notando em memórias autênticas, por esses Cartórios Públicos.

Na Batalha de Alcácer Seguer, ficaram muitas pessoas principais, uns mortos e outros cativos.

Não sendo, entre outros, menos digno de efectiva memória o nome de Roiz de Parada, cuja mulher Cn<sup>a</sup> de Sousa, fez em certa escritura pública declaração de que não possuía fazenda alguma por morte de seu marido que fora cativo em África, pois ainda as que trouxera de seu dote, as gastara o dito em serviços dos Reis deste Reino.

A outros fizeram suas mulheres e parentes venda de suas fazendas para os seus resgates. Outros por lá ficaram mortos por essas conquistas, tanto da África, como da Índia, que para não fazer profusão, neste lugar não declaro.

Outros sem estas circunstâncias, deram grande parte dos seus anos que viveram ao serviço dos Príncipes deste Reino. E com estímulo de tanta honra que no século de 500, duvido que se tope uma pessoa de nobreza daqueles tempos que com eles não tivesse militado e segundo o meu conhecer, voluntários.

Desta sorte se soube mostrar sempre o Sardoal agradecido às perenes mercês de seus antigos Reis, com que, lá desde o princípio da Monarquia, honraram e enobreceram sempre este povo, já no tempo que era lugar, já depois de ser feito Vila.

O Senhor Rei D. Manuel a enobrece, também, nos tempos em que ainda era lugar, com a sua pessoa assistindo, dizem que retirado por ocasião da peste ou suspeitas dela, persuadido, talvez, pelo Conde de Abrantes (5), por conhecer de experiência o bom temperamento dos ares e clima do Sardoal.

Foi sua residência junto ao Espírito Santo, em uma das melhores casas daquele tempo, que fizera João Afonso, natural da Amieira, que aqui casara com uma pessoa nobre Cn<sup>a</sup> Bernardes, de quem houve sucessão fecundíssima e nobre descendência, de que sei por um instrumento autêntico que pára em poder de António Rebocho, desta Vila.

Dividem-se as opiniões sobre a certeza do lugar onde eram as ditas casas. Uns, por constar do juramento de uma das testemunhas no dito instrumento, em que eram junto ao Espírito Santo, querem que fossem as que pegam pela banda posterior com a dita capela. Outros, por constar de um testamento de um neto do dito João Afonso, da Amieira, serem suas casas as que hoje constam do Quintal Velho, querem que El-Rei houvesse pousado nelas, contra o que tenho por serem estreitas do tempo que as conheci com outra forma e meterem-se entre elas e a dita capela cinco casas em que viveram quatro separados moradores e quanto a mim tenho que foram as casas em que Martinho de Parada fez uma guarida com alguma parte das que com a sobredita, são hoje de seu neto António Brandão de Cordes, o que se colhe de uma escritura no ano de 1524 em que consta comprava Isabel de Parada e Maria Mansa Caldeira, as casas da esquina que vai da Praça e Rua do Vale, para a Fonte Velha e Rua Vasco Homem, que ali se diz, pegavam com as casas de Maria da Fonseca pela banda de cima.

Esta Maria da Fonseca foi mulher de João Saldanha, de quem seria o testamento. Este era filho de Diogo Fernandes, Tabelião, filho do dito João Afonso, da Amieira, que junto ao Espírito Santo fizeram as ditas casas, que sem dificuldade ficariam a seu filho João Caldeira e sua mulher (que com as que faziam esquina com a Rua Vasco Homem, seriam, naquele tempo, as melhores da Vila). Na primeira porta, debaixo da varanda das ditas casas se vê, pela banda interior, uma porta lavrada que denota ser serventia principal das ditas casas de João Afonso e sempre faziam três ou quatro casas de frontaria, antes de chegar à esquina que vai para a Rua Vasco Homem e não só denotam que seriam naqueles tempos as melhores da Vila, mas as mais dispostas para



nelas se recolher um Príncipe. Nelas, em um dos livros da Câmara, consta terem vivido D. Duarte de Almeida com sua mulher e filhos, o que não seria se nelas faltasse capacidade e grandeza.

E como pela banda da Praça com frontaria muito vizinha ao Espírito Santo, sua maioria às mais daquele tempo e naquele sítio, seria causa de jurar certa testemunha no instrumento referido, serem junto ao Espírito Santo. Isto não é mais do que uma conjectura ou raciocínio do que parece verosímil em que me dilatei por me parecer, digo, por ser matéria que me pareceu importante expô-la à opinião de cada um, com as circunstâncias referidas. Mas fosse qualquer das três sobreditas, sempre D. Manuel assistiu no Sardeal algum tempo, como vai provado no instrumento referido, além de ser tradição muito constante.

Também é tradição que aqui lhe morreu uma filha e sem embaraço de que o cronista Frei Bernardo de Brito, diga que morreu em Abrantes, nada disto desfaz a tradição que temos, porque sendo o Sardeal termo daquela Vila, nada desconcorda a tradição com o dito cronista.

## FREGUESIA

Segundo a antiguidade que pelas circunstâncias referidas alcançamos do Sardeal, certamente devemos ter por antiga a sua Paróquia e freguesia. Muitos têm por tradição que noutra tempo fora em S. Simão, ermida sita na Aldeia de Alferrarede, desta Vila. Sem mais fundamentos do que conservar-se, ali, pia batismal, o que pode ser como freguesia anexa e não como matriz. Porém, nem disto há memória, mais do que o referido indício. (6)

De que foi em Nossa Senhora dos Remédios, junto ao Castelo de Abrantes, se há documentos, não os vi, mas conserva-se a antiga posse de os Párocos desta Vila irem ali officiar a missa da festa de Santiago, todos os anos, de tempo que não há memória.

Querem que sendo como ainda está, esta freguesia de Santiago e S. Mateus, se dividia em duas ou por maior comodidade dos Párocos ou dos fregueses. Ali era Santiago e, S. Mateus era nesta Vila, defronte da Igreja da Misericórdia, onde hoje se conserva um arco de pedra a que chamam de S. Mateus, por se dizer haver sido ali a sua igreja.

No arquivo da Igreja que não vi, poderá constar o como ou quando se trasladou a dita freguesia para o lugar onde hoje está, porque sem embaraço do que em alguns livros da Fábrica, no Cartório da Câmara, se encontram obras na igreja que denotam serem mais conserto do que fundação. Num pergaminho passado por Gonçalo, Bispo da Guarda, no ano de 1450, que achei entre outros no mesmo Cartório, manda que o Prior e seus parceiros, constanjam com censuras aos fregueses, tanto deste lugar como dos montes a que paguem para as obras do corpo da Igreja, alpendres e campanário. Em outros mais se faz menção dos alpendres da Igreja de S. Mateus e até ao presente não há mais nada que nos informe se é verdade que a houve.

Antes de ser Vigararia foi Priorado de grande dote, pois de suas rendas um dos seus priores, repartindo-as por quatro benefícios que criara se sustentavam quatro beneficiados e de manhã e tarde assistem em perpétuo louvor de Deus, na dita Igreja e no coro dela há mais dois capelães que servem no dito coro, com os quais o vigário, congregando-se por sua devoção ao dito colégio e rezando nele algumas das horas canónicas, faziam esta colegiada mais majestosa e plausível, com o que muito se enobrecia este povo.

O tempo em que se criou a Vigararia não tenho a certeza dele até ao presente, nem me acomodo com a tradição popular nesta parte.

Prometeu-se-me mostrar algumas memórias a este respeito, que tudo e o mais que constar se porá em lugar separado em relação a este.

As anexas que tem esta freguesia, fora algumas ermidas particulares de que se fará menção, são as seguintes:

Na Mourisca a Igreja de S. Sebastião freguesia que tem ... fregueses, cujo cura apresenta o Pároco desta Vila. Em Montalegre tem a ermida de S. Tiago e S. Domingos da Roda. Nos Andreus a ermida da S. Guilherme e a antiquíssima Nossa Senhora dos Barbilongos, assim era chamada pelo século de 500 e hoje com a invocação de Nossa Senhora da Saúde (7). Em Alferrarede tem a referida ermida de S. Simão com pia batismal de que há muito não se usa. Por baixo da mesma Igreja e já no termo de Abrantes tem a ermida de S. Miguel. No alto do monte, caminhando dali ou de S. Simão para esta Vila tem outra de S. Domingos. Nos Valhascos tem a ermida de Nossa Senhora da Graça, contígua com outra arruinada que se diz ter sido a do Salvador. Tem mais a de S. Bartolomeu num sítio do mesmo nome. Em Entrevinhas, erigida nos nossos tempos no ano de 1713, a de Santo António, feita pela devoção dos moradores e à sua custa.

Tem neste limite a ermida de Santa Maria Madalena, cuja casa se acha muito arruinada, que parece faltar a devoção com que no século de 500 se interessava em seus cultos a principal nobreza desta Vila e cujo zelo chegou a ser tanto que à sua custa mandou vir de Roma indulgências para as pessoas da sua confraria. Tem junto à Vila as ermidas de S. Francisco e de S. Sebastião.

Dentro da Vila a do Espírito Santo, Santa Catarina e Sant'Ana.

As capelas que há dentro da Igreja são distintas e declaradas em seu lugar separado com a clareza dos seus criadores, segundo os Cartórios Públicos onde o achei e constam em palimpsesto de onde passaram a este texto.

As ermidas da freguesia de Mourisca são a do Espírito Santo e Nossa Senhora dos Matos que dizem ser angelical. A Fábrica menor da freguesia de Alcaravela, priorado do Crato e visitada pelo ordinário deste bispado e seus fregueses também aqui obrigados. De sorte que separados os da dita freguesia de Mourisca, tem a freguesia de Santiago e S. Mateus da igreja desta Vila, 1730 fregueses, 1088 na Vila e 642 nos montes, entrando neste número os moradores dos Casais e Sentieiras, que são do termo de Abrantes, mas são fregueses do Sardoal.

As capelas particulares vêm a ser no termo de Abrantes a Ermida de S. Bento, na Quinta do Pouchão e Nossa Senhora da Conceição na Quinta das Sentieiras e no termo do Sardoal a de Nossa Senhora da Lapa.

E são as que podemos apresentar pertencentes à Igreja do Sardoal.

## CONVENTO

O Convento de Nossa Senhora da Caridade, no alto do monte que fica no cimo da Vila é dos frades menores da Província da Soledade, é de criação moderna e não chega a 200 anos.

Foi edificado em 1571, sendo Provincial da Ordem, Frei Manso, natural da Vila de Elvas, a instância dos moradores desta Vila do Sardoal, aproveitando a mudança que haviam feito os frades de Nossa Senhora da Abrançalha, para junto da Vila de Abrantes de onde lhes ficava a muito maior distância, lhes foi concedida licença para erigirem o dito Convento, o qual se edificou no mesmo lugar onde hoje existe em uma ermida que era da invocação de Nossa Senhora da Caridade, cuja imagem fora venerada com grande devoção pelos grandes milagres e prodígios que naquele tempo obrava, pelo que era visitada em romagens de muitos povos que de longe e de perto lhe vinham agradecer os seus benefícios.

Neste lugar e nesta ermida se plantou o dito convento que sempre conservou a mesma invocação de Nossa Senhora da Caridade, a mesma que ainda hoje se vê, no cimo da Capela-Mór.

Para fabricar este Convento e gastos da obra concorreu a pia devoção dos moradores da Vila, cada um segundo as suas posses, devendo-se as maiores à piedade e zelo de D. Duarte de Almeida, filho do 3º Conde de Abrantes D. Lopo de Almeida, que por viver nesta Vila e ser de sua condição muito afeiçoado aos religiosos e obras de caridade, por sua conta correu a maior parte desta obra do dito Convento, contribuindo com grandes despesa para ela e esmolas para a comunidade e sustento aos religiosos, em que continuou durante a sua vida e por sua morte se mandou enterrar junto aos degraus do Altar-Mór, onde jaz.

Todo o referido consta da Crónica da Piedade escrita pelo Reverendo Frei Manuel de Monforte.

O Cavaleiro Francisco Lobato, pessoa da principal nobreza desta Vila naqueles tempos, se vê pela inscrição da sua sepultura na Casa do Capítulo do mesmo Convento, mandara fazer um quarto dele à sua custa. Para o mais, decerto, contribuíram as esmolas dos naturais de que se não faz especial memória. O Padroado consta da referida crónica, ficou sendo da Igreja Romana como os mais e depois da reedificação do dito Convento, de que não temos visto nota expressa se deu o Padroado ao Arcebispo D. Gaspar de Barata que, é certo, teria grande merecimento nos gastos e despesas daquela segunda obra, de que ainda há pessoas que se lembram.

## MISERICÓRDIA

Da Santa Casa da Misericórdia, não achando notas que pura e cabalmente informassem do seu princípio e queixando-se-me a algumas pessoas desta indignância, achei que informando-me de palavra me veio mostrar por traslados que se houveram de memórias autênticas da mesma casa no ano de 1611, do que achei ser bastante para memorizar as suas origens. O que nesta parte referir o tenho por verdade, segundo os referidos fundamentos que vi sem os quais me não atreveria a expôr a opinião da mesma verdade à censura daquela leveza de que nunca a quisera ver notada. Bem que, ou por defeito dos originais ou, inadvertidamente, de quem os copiou, acho que duvidar de sua pureza, segundo tenho achado em outros lugares que notarei ao tempo que pertencer este exame.

Antes, porém, que tratemos as coisas da Misericórdia e seus princípios nesta Vila, diremos o que se nos oferece de uma carta de Albergaria (8) com que a tradição nos embala com um abuso muito grande do que era verdade fora. Em anos que segundo a formalidade que seguimos pelas eras que notamos, correspondem ao século de 300 ou ao princípio do de 400 ou que em verdade fossem, é certo que se instituíra aqui uma albergaria, por um Lourenço Annes Da Vide, com sua mulher Dona Urraca, conforme a apelidavam de vulgo.

Esta albergaria ou teve pouco uso para com os pobres não saberem dela ou por falta de rendas com que se conservasse e se veio a perder; pois consistiam os seus bens em umas casas que dizem ser ao Poço dos Açougues e um quintal pegado a elas ou junto delas e alguns bens mais que, com certeza, não consta. E ordenaram os ditos instituidores que a administração destes bens andaria no parente mais chegado deles sobreditos, com a obrigação de umas cinco missas e de recolher ali os pobres e pequeninos que a esta terra viessem e logo o primeiro administrador ou o segundo ou ambos, alienaram e venderam parte dos quintais e alguns bens, de tal forma que um Gil Mestre, pessoa nobre desta Vila e criado que fora da Rainha D. Leonor, sendo neto do administrador primeiro da dita albergaria, demandava aos confrades da Misericórdia na fé de que eles possuíam os ditos bens, o qual houve sentença contra si, por falta de prova e constar entre os da Confraria e Albergaria e suas instituições haver muita diferença. Isto é quanto à albergaria de que os confrades mostraram não possuírem bens alguns.

Quanto à Confraria e Casa da Misericórdia, que sempre foi coisa distinta e separada da dita albergaria em tempo que nos corresponde aos mesmos séculos e fim do de 300 até princípio do de 400, com pouca diferença mostraram os ditos confrades da Misericórdia a instituição da sua confraria tivera princípios na caritativa união de alguns homens devotos e de bom viver, os quais contribuindo entre si formaram uma com duas casas em que agasalhavam os peregrinos que a este lugar chegavam. E como esta acção era muito certa aos olhos de Deus e dos homens, em breve tempo se congregaram aos sobreditos outras pessoas levadas da mesma caridade, que concorrendo com as suas esmolas compraram uma pequena casa no mesmo lugar onde hoje existe o hospital. E postas as ditas casas e um homem com o nome de hospitaleiro para servir os pobres, foi desta maneira crescendo tanto em devoção no ânimo dos moradores que chamando-os confrades, fizeram seu livro em que escreveram seus nomes e da confraria deram invocação de Nossa Senhora ou de Santa Maria.

Com este fervor piedoso ali eram assistidos os pobres, tratados os enfermos e se remediavam alguns necessitados para o que chegavam as limitadas rendas com o espírito do Senhor distribuídos.

Não só os referidos confrades mas de muitas outras devotas pessoas que morriam, foram deixando à dita confraria muitas esmolas e móveis para uso do hospital, como bens de raiz, segundo cada um podia.

De sorte que andados alguns anos, vieram a comprar mais algumas casas contíguas ao dito hospital e assim foram fazendo seu Juiz, Mordomo e Procurador dele, para que tomando conta daquela tal fazenda, que já naquele tempo tinha seu rendimento e algumas esmolas e que se a distribuíssem com ordem, ao socorro dos necessitados, enfermos e peregrinos e por esta maneira se foi aumentando e crescendo em tal devoção a dita confraria e achando-se em Roma, Nuno Vaz, Cavaleiro e natural desta Vila, de lá remeteu uma Bula de Indulgências concedidas aos confrades de Santa Maria do Hospital desta terra, implorada a sua instância, que não foi bastante o tumultuoso tráfego daquela corte do mundo e suas delícias, advertindo-lhe o ânimo de sua pia e devota lembrança.

Legada a sobredita Bula a este Reino e à Vila no ano de 1552 se aumentou tanto a devoção nos moradores dela, que famílias inteiras, tanto de uma como de outra qualidade, todos estavam da mesma condição no zelo e no fervor com que se fizeram confrades da dita Bula e Confraria de Nossa Senhora do Hospital.

Assim durou esta pia congregação com o nome de confraria por alguns anos e depois com o de Irmandade, fluindo foi pelo tempo. Claro está que à medida que ia crescendo a devoção ia, também, crescendo em bens e rendas a dita Irmandade, pois que Deus Nosso Senhor se não descuida daquelas obras a que com limpeza de honra e coração, se dedica à maior honra e serviço de seu culto, inspiraria nos ânimos dos seus devotos o zelo de sua casa, como com efeito fez, pois segundo se viu por alguns livros de notas, foram muitas as pessoas que por hora da sua morte, fizeram grandes deixas de legados e heranças a esta dita Irmandade, levados somente de sua católica devoção. Sendo a que mais se assinalou nesta obra de piedade, uma nobre senhora Margarida Mansa Temuda, mulher de Cício Nunes de Albuquerque no ano de 1614 ou 1615.

Crescendo muito os bens, com rendas desta Santa Casa, mas crescendo atão alto ponto a misericórdia e piedade de seus irmãos, que chegou o tempo em que não bastando as rendas distribuídas em socorro dos necessitados, curar enfermos e prover peregrinos, foi necessário vender algumas fazendas, como venderam no ano de 1599, tendo em menos a piedade do Provedor António de Parada, os Irmãos daquele ano e do antecedente, foram todos chamados para este efeito, tendo em menos (torno a dizer) derrogar nesta parte as Leis do seu Compromisso, do que faltarem as da Misericórdia, com a pobreza para cujo fim foram vendidas as ditas fazendas. A tão alto chegou a virtude da caridade nesta Santa Casa.

Consta o referido a pag. 161 (*do manuscrito*) de uma das notas que se acharão mais notadas em um dos palimpsestos, na letra N.

Continuou, enfim, tanto a devoção nos moradores desta Vila, em grandiosas deixas com que muitas pessoas por sua morte, enriquecendo a dita Confraria, que as posses vieram a superar as despesas e sem se faltar as que a caridade pedia com os pobres, se compraram mais uma casas que foram de Álvaro do Casal, Cavaleiro desta Vila, que foi Provedor dos Mancos, na cidade de Lisboa e Vereador que foi nela, segundo consta em um truncado pergaminho em arquivo na Câmara e onde depois morreu aqui pobrememente. Ali, no dito lugar das casas, acrescentando com elas e uma tal capelinha que dantes tinham, fabricaram a Igreja e Sacristia, como hoje existe, sendo Provedor da Confraria, Simão Dias, Cavaleiro, e Escrivão Gonçalo de Panasco, também cavaleiro, os quais no ano de 1552 fizeram arrematar a dita obra com o portal que tem de pedra de Coimbra e arco da capela a dois artífices da mesma cidade, por 12 000 réis e certas condições.

No mesmo ano, entrando Gil Vaz, também Cavaleiro e Rodrigo de Parada, escrivão, mandaram fazer o pátio e degraus na forma que hoje se acham e custaram 17 000 réis, sendo os artífices desta Vila e a pedra de Cabeça das Mós, também termo dela.

A milagrosa imagem do Santo Crucifixo que com pia devoção foi ele em todos os tempos venerado e por quem este povo foi socorrido nas preces com que lhe suplica para o remédio dos bens temporais, quando se vêem perecer por falta de chuva, foi havida pela devota piedade de Margarida Pinta, senhora nobre desta Vila, para cujo e único fim, deixava à dita Confraria 20 000 réis, entre muitas coisas mais.

Com esta veneranda e última notícia completo as que posso dar pertencentes à Santa Casa da Misericórdia desta Vila, com a qual não só fazemos prova da sua antiguidade e grandeza, mas de sua religião e piedade e por serem estes os predicados de que mais se usa enobrecer os povos, devíamos terminar aqui a laboriosa tarefa, digo, fadiga de descobrir e reviver as mais honrosas memórias do Sardoal, pois esta só, em que se faz evidente a cristandade de seus antigos moradores e zelo com que serviram e ornaram a Casa de Deus, com obras de misericórdia. E a essa recomendação de sua honra se digna lembrar à posteridade, porém, depois de havermos desenterrado outras notas de entre as ruínas do olvido, não é bem que as entreguemos, de novo, ao esquecimento, por eximir ao trabalho de arribar com mais estes despojos, ao templo da memória.

## DAS FONTES

É muito do meu empenho não deixar no escuro, podendo conciliar louvor e veneração à minha Pátria e tudo o que dela se pode dizer com verdade, desejara fazer-lhe constante, por tanto de saber que tem esta Vila fontes de excelentes águas e algumas medicinais. da Fonte Velha, assim chamada pelo século de 500, diz o Dr. Francisco da Fonseca Henriques, natural de Mirandela, no seu "AQUILÉGIO" ser preservativa de estupores. Entre as águas salienta-se, também a Fonte do Ferro, abaixo da Ermida de S. Sebastião, hoje se usa dela mais do que em tempo algum e com muitos bons efeitos, principalmente em enxeques, indigestões e obstruções, também dizem ter a virtude de desfazer areias.

Outra melhor, porque de virtude mais activa, se começa hoje a dar experiência no meio da ribeira, entre a referida e a Ponte de S. Francisco a qual pode muito bem encanar-se e cair de bica de cinco ou seis palmos de altura, com benefício grande deste povo.

Da fonte chamada do Chafariz da Murteira (foi chafariz de bica pelos anos de 1598) achámos no Arquivo da Câmara um pergaminho que informa ser um regato onde ali os oficiais do concelho compraram um chão com sua fonte no ano de 1488. Foi também abundante de água, hoje porém só conserva uma pequena poça no fundo da qual se tiram, entre dia e noite, acima de 20 cântaros de água. (No Inverno corre para fora. Nos anos de 1753 e 1754 não teve água).

A Fonte Nova, houve do concelho por troca de escambo que fizeram de uma área de casas que deu a Gonçalo Annes, no ano de 1462, por certo com a dita fonte. É muito fértil de água e um pouco fria. Não se sabe de mais virtudes que a liberalidade com que remedeia este povo em anos em que o Estio vem com demasiados calores. Nela não se vê nunca a menor diminuição.

Da Fonte dos Lobos não descobrimos nada que nos diga o seu princípio. É também muito fria e ajuda muito a este povo em anos estéreis de água.

Da Fonte do Prior se diz que foi obra de um Prior que antigamente houve nesta freguesia e que dela usava.

A Fonte da Pena ou da Penha por estar fabricada em uma rocha, nasce de uma pequena bacia e conta o referido Dr. de Mirandela que é estival como as outras de que faz menção no referido Aquilégio e com efeito, em anos moderados, não corre de Inverno.

Foram também deste concelho as fontes do Vale da Gala e do Chão das Maias, como em alguns pergaminhos e notas da Câmara consta. Hoje andam alienadas por meio de foro.

## PONTE

Uma das obras por onde se faz demonstração do grande zelo com que antigamente foram tratadas as coisas do bem público é a obra da Ponte de S. Francisco, porque além de ser uma obra muito útil para o uso dos moradores e serventia aos de fora, é de arquitectura muito boa e formas e reforçada em que mostra bem, fora feita com liberalidade. Forma-se sobre três arcos, com vantagem o do meio aos dois dos lados, ao redor do qual se divisam confusamente grandes letras que o guarnecem do meio para cima, as quais por desfeitas do tempo ou do instrumento com que mais parece, foram destruídas, não podem ler-se.

Na parede da mesma ponte para a banda de baixo se acham outras de menor grandeza e posto que mais claras, nunca em termos de poderem ler-se.

\*\*\*\*\*

O que acho mais digno de nota e admiração ao ouvir, é aquela inseparável união e conformidade que é por todos referido, se coliga haver sido entre os homens bons e principais do Sardoal, entre os quais devia haver um claríssimo conhecimento do que era conveniente e preciso, não só para a conservação como para o aumento de sua pátria e bem de todos, aquela união em que se houveram conformes em honrar e enobrecer este povo; pois, faltando-lhe a conformidade nas resoluções que para este fim tomassem, certamente o não poderiam conseguir porque um só, porque um só, nem poucos ainda que em propagada duração de anos, não seriam bastantes a enobrecer um povo com tantas circunstâncias, como ficam referidas.

Maior mercê naqueles séculos em que entre os principais não poderiam as rendas diferir em muito. Porém a conformidade foi quem deu forças que desunidas nunca poderiam concluir empresas. E quem chegar a este ponto, leia como quiser ou entenda como souber, porque faltando a união nos povos ou nas pessoas, por quem se costumam reger neles as primeiras resoluções de força, a desunião há-de estorvar os desígnios e mal lograr os aumentos.

Nada pode medrar enquanto nos meios que se tomam houver contradições e faltar conformidade. Os émulos das acções são quem lhes tira o prestar. A emulação ao trabalho são quem lhes presta a virtude que enquanto unida sempre tem forças para tudo.

Enfim, é a lei, da mesma lei do mundo, que nele nada tenha existência, nem as mesmas coisas estejam sempre em lá ser. Nada do que hoje é, há-de durar para sempre.

Ainda não havia acabado de coroar suas glórias com as empresas referidas, o antigo lugar do Sardoal, a que todas deram princípio seus naturais, no tempo em que ainda era lugar, quando para ser Vila lhe envia o Senhor Rei D. João III a carta de mercê e doação que adiante se segue. E na alta mente daquele Príncipe justíssimo se traçavam os desenhos com que sobre alicerces de fundamentos tão sólidos se havia de levantar este eterno padrão para memória de sua grandeza e lembrança do nosso agradecimento.

Era naquele augusto coração, tão cheio de equidade e justiça que não conhecia ver merecimento sem prémio. E sem concorrerem outras diligências mais do que a sua magnânima e real atenção, o que o nosso escudo desatendia era cova para sepultura de nossas glórias, atendeu a sua beneficência cova para fundamento das nossas felicidades. Explicará melhor a cópia da mesma doação.



## CARTA DE MERCÊ E DOAÇÃO POR ONDE O SENHOR REI D. JOÃO III FAZ VILA O LUGAR DE SARDOAL. ANO DE 1531

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves de Aquém e de Além mar, em África, senhor da Guiné e da conquista e navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. A quem esta minha carta virem faça saber que vendo eu o grande crescimento que louvores a Nosso Senhor se faz na povoação do lugar de Sardeal, termo de Abrantes e como se enobreceu de Fidalgos e Cavaleiros, Escudeiros e Homens de Criação e pessoas de honra que nele vivem e que mui me podem servir com cavalos e armas e assim do muito povo pelos quais são feitas no dito lugar muitas benfeitorias de muitas e mui boas casas assim dentro dele como fora com muitas herdades e vinhas e olivais e outras muitas benfeitorias nas quais cada vez mais se faz e crescem. E por estas coisas e esperar que o dito lugar vá em muito maior crescimento e nobreza e por haver assim por muito meu serviço sem os moradores dele nem outros por eles mo requererem nem pedirem e de meu motu próprio e poder real e absoluto, desmembro e tiro para todo o sempre o dito lugar do Sardeal do termo da vila de Abrantes cujo termo até aqui foi e o faço por esta presente carta vila e mando que daqui em diante se chame **VILA DO SARDOAL** e tenha sua jurisdição apartada por si e sem reconhecimento algum à dita vila de Abrantes e como a têm as outras vilas dos meus Reinos e com o termo que lhe mandei ordenar como é declarado e conteúdo na carta que disso mandei passar assinada por mim e selada do meu selo do qual termo quero e mandei que use para seus logradouros, pacigos, montados e as outras serventias e coisas assim e naquela forma a mandei fazer de seus termos outras vilas dos meus Reinos sem os moradores e povo da dita Vila de Sardeal reconhecerem nisso nem em nenhuma outra coisa qualquer utilidade e condição que seja à dita vila de Abrantes, cujo termo até aqui foi de que a desembro e aparto para todo o sempre como dito é. Porém notifico assim a todos e quaisquer oficiais e pessoas a quem esta minha carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer lhes mando que hajam daqui em diante ao dito lugar do Sardeal por Vila, com sua jurisdição apartada e aos moradores dela deixem fazer suas eleições de Juízes, Vereadores, Procuradores e mais oficiais do concelho segundo a forma de minhas Ordenações e Regimentos e em tudo usar dos privilégios que usam todas as vilas do reino e como direito lhe pertence e dele o devem usar. E assim do dito termo que por mim lhe foi ordenado e limitado pela dita minha carta sem dúvida nem embargo algum que ele em ele seja posto. E mando aos moradores do dito lugar que daqui em diante se chame Vila do Sardeal e em tudo usem como Vila que eu faço no modo sobredito. E em coisa alguma reconheçam a dita vila de Abrantes porque assim é minha mercê e por certidão dela lhe mandei dar esta carta por assinada e selada de meu selo de chumbo pendente. Dada em a Cidade de Évora a 22 do mês de Setembro. Pero de Alcáçova Carneiro a fez. Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e trinta e um.

Rey

Registada na Chancelaria.

No mesmo dia em que foi passada esta carta se passou outra de doação da mesma Vila ao Senhor D. António de Almeida, filho de D. Lopo de Almeida, 3º e último Conde de Abrantes, de que adiante se fará menção.

Já agora de muito boa vontade, podemos perdoar a falta de outras quaisquer notas que nos pudessem informar de outros particulares com que o Sardeal se pudesse mais enobrecer, porque já nenhuma nos fazem falta depois de obtermos tão realmente verdadeiras como firmadas pela mão real e expressadas pela boca de um Monarca tão grande como foi e será sempre nos anais do mundo o Senhor Rei D. João III.

Era, sem dúvida, o lugar do Sardeal nos séculos pretéritos enobrecido com muitas famílias cheias de nobreza e fidalguia. Assim era porque assim o disse El-Rei e não se precisa de outra prova nem a pode haver maior e suporte a dita carta de mercê assim o expressa, fora feita 31 anos passados do século 500. Não será necessário explicar que em cem anos de anterioridade se não podiam criar tantas famílias ilustres nem de tão avultada nobreza que já pudessem fazer-se objecto dos olhos de um príncipe para atendê-las sem súplica e ser o principal motivo para que de moto próprio e sem lhe ser pedido quisesse enobrecer este lugar com o título de Vila; tanto vigor tinha isto na atenção real naqueles tempos por merecimento da nobreza. Muito devemos pregar a incredibilidade com que estranhos olham denodados para a singularidade desta regalia, pois é certo que ninguém acreditará, enquanto não vir. Tem ela a circunstância de que não permite indiferentes, porque uns hão-de patentear agrado, outros manifestar inveja.

Agora jactem-se, muito embora, as mais vilas ou de mui opulentas ou de mais antigas ou de mais espaçosas; mas se alguma tem para a sua criação e princípios tão honrosos e expressados pela boca de um príncipe, digo, monarca, jactem-se também deles muito embora com o Sardeal de que mereceu como ele a mesma regalia.

E agora fique também livre de toda a suspeita nos escrupulosos, quando de mim poderiam presumir efeitos de patricio apaixonado pela glória, pela honra e pela nobreza da Pátria, cujas grandezas me não atrevera a dar a ler, se assim como nos livres alvídrios de meu ânimo, reconheço uma nata inclinação ao justo, sentira algum género de negação ao verdadeiro, pois certamente não haveria motivo que pudesse obrigar-me a expôr ao risco de duvidosa, na exposição de tantas excelências se para elas me faltassem leais provas.

Porém o amor da Pátria e a afeição à verdade de suas glórias me faz não sofrer velas escurecidas. Se em revivê-la não fiz bem, a Pátria que me perdoe e o affecto com que o desejava fazer melhor, ninguém mo agradeça, pois me não dei a este afã para satisfazer o gosto de outrém mais do que o meu e este só não fica satisfeito naquela parte em que a verdade se patenteia sem os escrúpulos de affectada, nem os escarnecimentos que de ordinário costuma fazê-la duvidosa. Posso afirmar que o que nestes particulares se achar digno de glória para o Sardeal, nada pus de má cara, mais do que a sua boa vontade com que o tirei ao esquecimento e o exponho às memórias.

Vistos já os motivos por onde o antigo lugar do Sardeal foi feito Vila e como a muita nobreza dos seus moradores se fizera tão conspícua que chegou a lembrar nos olhos da Majestade, resta agora em todo ou pelo menos em parte evidenciar esta nobreza.

Isto procuraremos fazer com aquela possibilidade que nos derem os escritos públicos daqueles séculos de que poderemos haver nota. Os de 300 e 400 são escassos, ou pelas ruínas de tão prolongados tempos ou pelo descuido a preservá-los a suas injúrias.

O de 500 menos avaro destas memórias, franqueia-nos um copioso número de cavaleiros, escudeiros e moços de câmara, da Rainha, dos Infantes e outras muitas

peessoas nobres que aqui não escreveremos mais do que aquelas que com mercês e foros se nos nomeiam pelos livros de notas dos Cartórios Públicos. Mas como ainda pode haver escrupulosos que nos duvidem, como em um povo que em um dos grandes é o mais pequeno, poderia haver juntos e dentro de qualquer ano um número tão copioso de gente nobre, com a honra de cavaleiros e escudeiros e acresça outros de como ou de onde vieram merecimentos para tanto. Exporemos primeiro os motivos que deram aqueles anteriores séculos para neles enobrecer tanta gente. Depois, uma demonstrável e breve explicação dos princípios e origem que neste reino tiveram. Antes de pôr em ordem o copioso número de cavaleiros, escudeiros e mais pessoas de criação com que o Sardoal se enobrecera pelos séculos de 400 e de 500, segundo nos informam os livros e instrumentos públicos daqueles anos, será bem expôr os motivos mais próximos que deram ocasião à aquisição de tais foros que suposto alguns, haveria com maior anterioridade, não era nossa intenção fazer quimera em escrever o que não achamos com que o provar.

E assim, sem recorrer a tempo mais remoto achamos verosímil que os motivos mais próximos de merecer no serviços dos Príncipes, foi o descobrimento da Costa de África, Índia e América, em cujas conquistas não só se aumentariam os foros aos que dantes os tivessem, mas que se adquiririam de novo aqueles a quem eles faltavam.

### **Foram as primeiras conquistas de Portugal, motivo de enobrecer os Portugueses.**

Os primeiros descobrimentos que tiveram os Portugueses antes da Índia e Brasil, foram os das terras situadas nas Costas de África, feitos por ordem e mando do Infante D. Henrique, desde o ano de 1412 até ao de 1448. Ali começaram as primeiras conquistas que tivemos fora das portas de casa. Era esta Nação costumada a triunfar de seus inimigos. Mas tendo em pouco os triunfos e já em nada necessários dentro dos próprios domínios procuraram mostrá-los ao mundo em domínios alheios e com felicidade tanta que o mundo todo lhes foi pátria, porque em todas as partes dele não só fizeram lugar mas domicílio. Nem só espalharam as bandeiras da nação, como troféu de honra, mas os estandartes da Fé, como divisa de seu solar.

Mas como se produziram progressos tão gloriosos, se El-Rei não dera assim como a generosidade, ousadias e alentos à Cristandade? Desta sorte, revestindo-se de valor, por duas tão nobres partes eles foram desafiar a fortuna em suas próprias terras, que o conquistar e vencer pagões era já tão costumado nos Portugueses! Como quem bebera o leite, nutrindo os espíritos generosos do ânimo, com este natural e quotidiano alimento. Por isso restaurados os domínios que a fortuna lhes dera nos montes e vales da antiga Lusitânia, se alargaram, gloriosos, pelos campos da Mauritânia, esmagando a Lua nos túmulos do seu arcaz, até chegar a registar o Sol, nos berços do seu Oriente!

Que calamidades, que trabalhos, que naufrágios e que rigores de tempo e de fortuna não venceram e desprezaram os Portugueses, antes de rodear e senhorear o mundo, exultando a sua religião e nome em todas as partes dele?

Desta sorte, uns voluntários, outros constrangidos, não ficou família portuguesa com honra ou sem ela, que não visse o rosto da fortuna com que a foram buscar às partes mais remotas dele. E desta sorte, não houve português que não a achasse pois ainda aqueles que parece não haver chegado a suas casas com ela, porque morreram nos braços da honra, pela Fé e pela Pátria, esses são a quem há razão de digná-los por mais bem afurtunados e dos que tornaram, nenhum veio sem honra, ainda que na repartição dos prémios ninguém vê o que deseja! Na participação da honra, todos alcançaram a

que merecem. E como nestas conquistas não houve Português sem merecimento, daqui vem, ser todo o Português honrado.

Durou a milícia de África, enquanto na Monarquia durou o governo de seus naturais. Com o domínio alheio se alienaram muitas daquelas terras, com que faltando os presídios foram, também, faltando as empresas, até que, também com elas, as ocasiões para o merecimento. Mais caras vieram a custar nos presídios da Ásia e América, onde o espírito generoso dos Portugueses os tinham começado ou os foram conseguir. Ao certo, em todos estes progressos gloriosos, teriam uma boa parte os moradores do Sardoal. E bem mostraram seus naturais não estarem ociosos nestas empresas, pois sem elas não davam os foros de cavaleiros e escudeiros que eram as honras daqueles tempos. E nenhuma terra onde temos de ver tantos que outros princípios lhes havemos de atribuir mais do que aqueles por onde principiavam todos.

Preciosa coisa seria termos para este lugar alguns testemunhos autênticos daquelas pessoas desta Vila que se acharam nestas conquistas, mas não é justo darmos a ler o que diz sómente a tradição. Do século 500 de muitos consta nos Cartórios de Notas, que pelo serviço do Rei ou morreram sobre os mares ou longe de suas terras, tanto na conquista de África, como da Ásia e outros ficaram cativos da Barbária. Destes poderá haver notado muitas pessoas de qualidade, a razão porque não o fiz foi por discorrer que a li apenas de cinco ou de três pessoas se nos daria relação de uma, porque sem dúvida muitos haviam de ser os que se não fazia menção nos ditos livros de notas e assim não notei os que achava para não ferir os de que não sabia.

Enfim, como a África e a Índia foram os dois cemitérios da honra (depois das conquistas do Reino), em que se estudou de heroicidade, quando hoje se decora em nobreza, quem poderá duvidar, depois de ver o número de cavaleiros e escudeiros com que se ilustrou o Sardoal, que estes tivesse, também ali, a sua origem?

Mas para que se metermos em questão? É uma matéria que decide inquestionável. Se o Sardoal fosse feito Vila antes de haver nobreza no mundo, com razão poderia duvidar-se como poderia havê-la nele! Com a mesma nobreza que tinha o Sardoal nos séculos referidos faremos prova daquela com que se ilustrava neles; queria dizer, com a mesma nobreza, faremos prova com que se ilustrava o Sardoal, nos séculos referidos.

Faremos uma plana onde escrevendo os nomes daquelas pessoas que temos achado pelos livros de notas e outros instrumentos daqueles tempos, com os foros de Moços de Câmara, Escudeiros e Cavaleiros. No fim dela se mostra a antiga origem destes. E não faremos ofensa aos que faltarem, porque não escreveremos senão os que acharmos.

## SÉCULO DE 300

Nesta parte não há memória alguma e mui pouca em outros particulares, de que em seu lugar se fará menção. O século de 400 menos escasso nesta matéria, porém sem aquela sucessiva ordem que desejávamos seguir porque nos informa de alguns de que só achamos papéis; pois como não há livros daquele tempo que nos mostrem direita a ordem dos anos, de necessidade nos valem de alguns pergaminhos e outros instrumentos passados em anos diversos dos quais citaremos apenas os anos e a folha. O século de 500 com mais provida prodigalidade nos socorre com mais notas. De todas as que houvermos daremos relação plana, na maneira seguinte:

**PLANA DO SÉCULO DE 400  
PERGAMINHOS  
CARTÓRIO DA CÂMARA**

Ant. 1435	- Lançarote Yanes .....	Escudeiro Vassalo de El-Rei
1460	- Bento Annes.....	Escudeiro
"	- Sebastião Afonso.....	"
1462	- Rui Lourenço.....	" Vassalo de El-Rei
"	- Vasco Rui da Fonseca Mota.....	Fidalgo da Casa Real

**PLANA DE OUTROS ESCUDEIROS E MAIS TÍTULOS DE NOBREZA,  
PERTENCENTES AO MESMO SÉCULO, ACHADOS EM UM LIVRO DO TOMBO  
DA MISERICÓRDIA E QUE AQUI FIELMENTE COPIAMOS:**

**ANOS:**

1454	- Fernando Alves.....	Escudeiro
	Diogo Gil.....	"
	Álvaro Pais.....	"
1470	- Rodrigo Afonso.....	"
	Diogo Alves.....	"
	Fernão Gracia.....	"
	Lopo Alves.....	"
1481	- João Gonçalves.....	Criado de El-Rei
	Diogo Annes.....	Escudeiro
1486	- Diogo Pires.....	"
1492	- Rui Lourenço.....	Escudeiro de El-Rei
	Henrique Gil.....	"
	João Caldeira.....	"
1494	- Lourenço Fernandes.....	"
	Lourenço Esteves.....	"
1496	- João Alves.....	"
1497	- Jorge Delgado.....	"
	Antão Delgado.....	"
	Pero Cordeiro.....	"
	Pero Alves.....	"
1498	- Fernão Dias.....	"
	Vasco Maia.....	"
	Diogo Ferreira.....	Criado do Comendador-Mór
1499	- Diogo Gonçalves.....	Cantor de El-Rei
	Lopo Delgado.....	Escudeiro
	Diogo Pires.....	Cavaleiro da Casa de El-Rei

Os sobreditos são as pessoas que se acharam nos referidos pergaminhos e trasladados com o título Escudeiros do Século de 400.

Prossegue no de 500:

## SÉCULO DE 500

**Plana dos Escudeiros, Cavaleiros e outros títulos de Nobreza que houve nesta Vila pertencentes ao século de 500 continuados em os tralados já referidos.**

### ANOS:

- 1509 - Pero Vaz Annes, Pero Cordeiro, Antão Delgado e Afonso Alves, todos Escudeiros. (Ver palimpsesto 5º)
- 1510 - Álvaro Luís.....Escudeiro
- 1511 - Vasco Maia, o Moço..... “
- 1516 - Álvaro do Casal..... “
- 1517 - Vicente Aires..... “
- Fernando Alves..... “
- Diogo Gonçalves..... “
- 1524 - Gil Vaz..... “
- 1526 - Fernão Jorge..... “
- 1529 - Francisco Fernandes.....Cavaleiro
- 1531 - Leonel de Parada..... “
- 1535 - Brás Fernandes.....Escudeiro
- 1536 - Álvaro Dias.....Criado de El-Rei
- 1538 - Manuel Nunes.....Moço de Câmara de El-Rei
- Diogo Lopes.....Cavaleiro
- Duarte Vaz..... “
- 1546 - Fernão Gueifão..... “
- 1549 - Simão Vaz.....Escudeiro de D. António

**Prossegue-se no século de 500 pelos livros de notas desta Vila. Cartório de António da Mota. Livro de 1556 a 1559. Juiz que rubricou, Fernão Caldeira..**

- Ano de 1556 - Álvaro do Casal.....Cavaleiro
- Afonso Fernandes.....Capelão de El-rei e Vigário na Matriz desta Vila. Já o era no ano de 1542.
- Fernão Gomes.....Criado do Cardeal
- Ano de 1557 - Simão Vaz.....Escudeiro
- Pero Dias.....Cavaleiro
- António Dias.....Escudeiro
- Simão Dias.....Cavaleiro
- Pedro Lopes Barata.....Cavaleiro do Hábito de Cristo
- Álvaro do Casal.....Cavaleiro
- Sebastião Gueifão.....Escudeiro
- Fernão Caldeira.....Cavaleiro
- Álvaro Fernandes.....Escudeiro
- Rui Dias..... “
- Pedro Fernandes..... “
- Diogo Fernandes..... “
- Rodrigo Aires.....Cavaleiro
- Pedro Chorro..... “
- Simão Vouga..... “
- Gonçalo Roiz.....Escudeiro
- Diogo Gomes..... “

António Cordeiro.....	Cavaleiro
Álvaro Cordeiro.....	Escudeiro
Diogo Gonçalves.....	“
Diogo Leitão, seu genro.....	“
Gonçalo Vaz de Parada.....	“
Rui Dias.....	“
António Dias.....	“
Álvaro Fernandes Dinis.....	“
João Caldeira, Juiz dos Órfãos.....	Cavaleiro
Fernão Vaz.....	“
Jorge de Pina.....	Moço da Câmara da Rainha
Pero Cordeiro.....	Cavaleiro
Jorge Fernandes.....	“
Simão Vaz.....	“
Pero Ferreira.....	“
António Marcão de Mendonça.....	“
Fernão Pinheiro.....	Escudeiro
Fradique Lopes.....	Cavaleiro
Fernão Gueifão.....	“

#### Ano de 1558

Gomes Dias.....	Cavaleiro
António Roiz.....	Escudeiro
Gil Vaz.....	Cavaleiro
António Ribeiro.....	Escudeiro
Pero Ferreira.....	Criado da Infanta D.Isabel
Manuel Gameiro.....	Escudeiro
João Caldeira, Juiz dos Órfãos.....	Cavaleiro
Pero Ferreira, seu sobrinho.....	Moço de Câmara de El-Rei
Gonçalo Roiz.....	Escudeiro
Pero Cordeiro.....	Cavaleiro
Simão Vaz.....	“
Pero Fernandes.....	Escudeiro
António Dias.....	“
Fernão de Andrada.....	“
Pero Sambado.....	“
Gil Vaz.....	Cavaleiro
Jorge de Pina.....	Moço de Câmara
Fernão Gomes.....	Cavaleiro da Casa do Cardeal Infante
Miguel Cordeiro.....	Moço de Câmara de El-Rei
Fernão Caldeira.....	Cavaleiro
Álvaro do Casal.....	Cavaleiro
Rodrigo de Parada.....	“
F.Diogo Lopes, Prior de Alcaravela.....	Capelão de El-Rei
Diogo Leitão.....	Cavaleiro
Diogo Lopes.....	Cavaleiro do Háb. Cristo

#### Ano de 1559

Diogo Leitão.....	Escudeiro
Álvaro do Casal.....	Cavaleiro
Sebastião Dias.....	Cavaleiro do Háb.Aviz
Fernão Gueifão.....	Cavaleiro
Gonçalo Roiz.....	Escudeiro
João Caldeira.....	Cavaleiro
Simão Vouga.....	Escudeiro
Mem Roiz.....	“
Sebastião de Figueiredo.....	Cavaleiro
Gaspar Roiz.....	Escudeiro
Fernão Vaz.....	Cavaleiro
João Caldeira.....	Moço de Câmara da D.Isabel
Fernão Caldeira.....	Cavaleiro
Diogo Gonçalves.....	Escudeiro
Gil Vaz.....	Cavaleiro

#### Cartório de Motta, Livro de 1563 a 1566 - Juiz que rubricou Pero Vaz

#### Ano de 1563:

Pero Pinheiro.....	Escudeiro
Mateus Mendes.....	“
António Cordeiro.....	Criado de El-Rei
António Leitão.....	Escudeiro
Jorge de Parada.....	“
João Alves Chorro.....	“
Pero Fernandes.....	“
Pero Dias.....	“
António Dias.....	“
Fernão Dias.....	“
João Caldeira, Juiz dos Órfãos.....	Cavaleiro
Jorge Fernandes.....	“
Rodrigo Aires.....	Escudeiro
Pero Lopes.....	“

*Seguem-se diversas planas de teor idêntico, até ao ano de 1599, que não se reproduzem aqui por muitas extensas e repetitivas. Algum estudioso mais exigente poderá consultá-las no original destas “Memórias Restauradas”, no Arquivo da Câmara Municipal de Sardoal.*

Estas são as pessoas que pelos séculos de 400 e de 500 informam as escrituras públicas daqueles tempos mencionadas em seus respectivos lugares com os títulos de Cavaleiros, Escudeiros e Moços de Câmara, advertindo que, precisamente, deveriam haver mais, pois especialmente nos livros de notas de onde os extraímos só se acham os que, como agentes de escrituras ou testemunhos, nelas ali houvera lugar o que se não podia dar com todos.

Se os nomes de alguns se acharem repetidos e dentro do mesmo ano, foi inadvertência de que se não pode livrar-se o autor do estudo que se pôs em evitar esta



redundância. Porém a repetição das mesmas em anos diferentes foi de estudo por mostrar os que no mesmo ano viviam ou pelo menos os de que se poderia haver nota. Os cartórios andam muito truncados porque em todos falta ordem sucessiva dos anos, pelos séculos que faltam.

E certo como disso fica, não podiam haver lugar todas as pessoas nobres que havia. De algumas sabemos por instrumentos particulares que nos mostraram e que não obstante terão sido foros.

Delas se não faz menção nos livros dos cartórios públicos e sem dúvida podem faltar outras muitas de que nem possamos dar essa nota.

Ainda que nos pareçam poucos, se houver a quem pareçam muitos, duvidando como em lugar tão pequeno se enobreceu tanta gente, com foros de cavaleiros, escudeiros e moços de câmara. A esta dúvida, se não basta o que atrás ficou dito, responderemos com o discurso seguinte, para que a gosto de cada qual possa fazer eleição, porque para o que seria interessante inquirirem, se responde com o que lemos de sérias autoridades e para os que jocosamente implicarem em uma matéria tão sabida e ordinária lhe damos em que jocosamente com a satisfação da sua dúvida.

## **TRATA-SE DA ORIGEM DOS ESCUDEIROS, CAVALEIROS E MOÇOS DE CÂMARA**

**D**e como se adquiriam estes títulos, como se davam e que nobreza era a destes povos, cuja narração se começa com uma figura joco-séria.

Quando alguma vez estou só, se acaso suceda que esteja só, quem de ordinário se vê cercado de tabeliães velhos, com se entretém a vontade, a memória e também o entendimento, tratando-se de todas as idades; mas se acaso sucede que esteja só e sem cuidado apartando o Juízo dessas Eras que se contavam por épocas e ainda das que se diziam de César, volto o discurso para os vizinhos e últimos séculos passados.

E porque o presente me não franqueia passe livre por entre as tumultuosas convulsões de coches, florões, seges e berlindas e meto o juízo para o século de 600 em que apenas topo uma liteira que me embaraça os passos. Caminho desde o século de 500 e do fim do de 400 sem impedimento algum, porque nem pelas praças, nem pelas campanhas se topam aparatosos obstáculos que embaraçariam ruas e tombam as estradas.

Aqui vejo pelas casas de uns, quase o mesmo que pelas de todos, ou pelas do vizinho ou pelas daquele que com ele tem alguma vizinhança. E como as ruas ainda estão livres daquelas montanhas portáteis entre as quais se acautela do perigo, não permite observação do País, observo a planta dos edifícios, sem estorvo da atenção, diferenciando entre um pouco do comum das casas as que me parecem um tanto apartadas do comum.

Entro por uma de um daqueles varões com bigodes e não vejo mais do que um cavalo na loja, uma lança na sala e uma espada e uma rodela, por onde venho em conjecturas que o dono daquela casa é cavaleiro daqueles tempos. Entro por outra onde encontro as mesmas coisas e o dono sómente escudeiro e nas outras, entro, em que topo com alguns moços de câmara e nada mais, mas casas todas sem donas porque lhe faltam as mulheres destes nossos cavaleiros, escudeiros e moços de câmara, o dom que hoje sobeja pelas casas e mulheres de qualquer oficial da corte. Outro dom não se topa ali mais do que em alguma casa onde morreu o dono, deixando por morte a sua mulher, esta casa.

Enfim, saindo das casas e de entre as armas destes assinalados varões e percorrendo pelo comum das mais casas, em uma vejo à porta um arado e uma grade e uma

aguilhada, em outras uma fouce, em outra uma dobadoura e uma roca, instrumentos de grangear e vida e que denotam antiguidade.

Aqui vejo à sua porta uma velha trabalhando na sua dobadoura de cujo exercício infiro ma há-de descrever as linhagens daqueles tempos. Pergunto-lhe por aqueles escudeiros, cavaleiros e homens de criação e por aqueles homens, também onde vi instrumentos da antiguidade e da vida e me responde:

-Isso já são contos tão sabidos das velhas que até as crianças os não ignoram: ainda desses últimos vos darei por informe de uma velha chamada tradição que era a minha avó e me criou. O mais dir-vo-lo-ão as crianças da rua e os meninos da escola, pois ali o aprendem pelos feitos desses varões afamados; o que se acha escrito não depende da tradição para nada.

Esses instrumentos e factos que vedes às portas dos homens pobres, são por onde provam a antiguidade de sua nobreza por verdadeiros filhos de Adão de onde procedem todos. Nem isto que vos digo e tendes por contos velhos ou histórias da carochinha, porque o mundo não tem outra nobreza mais antiga do que esta, ainda que tenha outras mais famosas. E aquelas que o mundo tem por mais ilustres, o não seriam se não fossem derivadas desta, porque os ofícios de lavradores e criadores foram os primeiros ofícios do mundo. Feitas, porém, as divisões logo que houve o meu e o teu, ouvi a um pregador, começaram as discórdias entre os mortais de onde se derivaram as guerras, por meio das quais se adiantaram uns e se atrasaram os outros para sempre. Já lá antes disto se conta que certo homem valoroso devia ser pouco devoto de irmandades ou fosse por emulação ou por ambição, foi o primeiro homem que tramava guerra com outro irmão a quem vencera e deixara morto, onde se dera a primeira batalha que no mundo houve.

Deste primeiro fratricídio sempre se originaram muito ruins coisas de que os homens tomaram exemplo para fazerem guerras, uns contra os outros, por muitas guisas que sempre a nossa natureza foi a mesma em pender para a pior parte.

Destas malditas guerras que não serviram senão de tirar aos homens o seu sossego e às mulheres o seu amparo, fazendo mais viúvas num ano que dias tem o ano, se começaram as diferenças entre os homens, de qualidade ou sem ela, com que se principiaram a malquistar uns com os outros, tendo-se por maior o que mais triunfos contava dos mais irmãos, filhos da mesma natureza - sujeitando-se uns e outros se exaltando; com que teve princípio a divisa entre os maiores e menores, valendo mais quem mais podia. Tinha que se pegou a todos os séculos. Prevalendo desta maneira as maiores forças com as felicidades de seus triunfos, andados os tempos se vieram a fazer os homens senhores uns dos outros, por diversos títulos, sendo os de Reis e Imperadores os mais universais, sem que por eles constasse proceder de outro Adão, pois o não houve.

Desta sorte se extinguiram e distinguiram os homens. Primeiramente pelas armas e pelas letras também se aumentaram e enobreceram muitos. E pela indústria os que melhor uso souberam dar. Com o que por armas, letras e tretas, se fizeram os homens sempre cruel guerra uns aos outros, a fim de se fazerem maiores. E muitos o conseguiram, sendo de advertir que para as coisas chegarem a este ponto, levou primeiro o mundo muitas voltas. Enfim, armas, letras e indústria, são as três portas que assinalaram os homens para entrar na casa da honra. Cada agricultura, por onde entrou Adão com a sua família, a entaiparam de pedra e barro, deixando-lhe apenas uma fresta pequena, para quem por ela puder entrar com alguns adquiridos.

Na porta das armas dizem que foi posto um ferrolho de ferro, dizem que com muitas serraduras, para fazer mais difícil a entrada. Na das letras, formou a prata um cadeado ou encadeado, de tal engenho, obra e arte e com tanta subtileza, ordenando que não fosse comum a todos a facilidade de entrar por ela. E na da indústria lhe puseram uma

rede de barbeiro, com muitos passamanes e tramoias que fazem a entrada menos difícil, mas nunca muito barata, pois ali se faz a barba de tal guisa, que para muitos aparecerem no mundo com outra cara, primeiro deixaram ali couro e cabelo.

Tudo isto me ensinou a minha avó, a tradição. Porém a experiência que tenho há que neste fiado que aqui estou desembrulhando, nestes novelos que dobo, em nenhum há igualdade. Uns são maiores, outros mais pequenos e uns pesam mais do que os outros e se alguma igualdade tem é no barro daquele testo velho sobre que principiam todos, bem como as linhagens dos homens sobre o barro de Adão.

Agora desses cavaleiros, escudeiros, moços de câmara e homens de criação que ali moram espalhados por essa terra, essa gente não é coisa que pertença cá aos contos das velhas, nem mais pouco a novelas da tradição. Aqui moram algumas moças frescas a que chamamos memórias, filhas de um fulano Dias, Escrivão que devia ser da pureza e nada lhe escapou em seus dias. Em sua casa se acham muitos bons feitos e autos de onde tudo consta. Eu só o que posso dizer, segundo tenho visto e a idade me tem mostrado é como os Reis da nossa terra, a quem faça Deus todo o bem, pelo que fizeram de nos enxotar dela tantos mouros, como em outro tempo aqui deixaram entrar os castelhanos, que só por lá nos poderia vir esta ralé, não contentes os nossos Reis, como vos digo, de pôr fora de Portugal tanto bárbaro, para mais se coroarem de triunfos e exaltar as suas vitórias, eles seguiram o alcance até dentro de suas terras. E como os ânimos dos Portugueses são de sua natureza guerreiros, amigos de alcançar honras por armas e fáceis de expor as vidas, tanto pelo Rei e pela Pátria, como pela exaltação da Fé de Jesus Cristo. São raros os homens destas eras, que quando não podiam ir, por velhos ou enfermos, deixem de mandar seus filhos à Milícia de África, porque esta milícia é hoje a Escola dos Portugueses, em que no descobrimento de outros dois mundos, que o fado lhes prepara, se aparelham mais gloriosas empresas.

Desta Escola, segundo progressos de cada um, os Reis os atendem e promovem. Daqui procedem os Cavaleiros, daqui os Escudeiros dessas eras e daqui os chamados Moços de Câmara, que suposto nem todos tinham exercício no Paço, são títulos honrosos, com que os Príncipes favorecem os beneméritos, enobrecendo com o título de Moços de Câmara aos moços que se criam ao seu serviço e estes são os Homens de Criação. E só não logra estas honras quem nesta escola não aprende a ter os merecimentos e quer esperar a ventura à sombra de sua casa.

Retirado pois outra vez o discurso, desde o fim do século de 400, até ao princípio do de 600, vejo muita gente que pelas portas das armas e das letras, tem entrado, felizmente, na casa da honra. Porém pelas portas da indústria se topa também muita gente honrada.

Sucederam aos progressos de África outros ainda maiores, quais foram os da Ásia e América, pelo descobrimento e conquista daqueles dois novos mundos. E assim, como nestas empresas cresceram nos vassallos e merecimentos, cresceram também novos títulos de honra, com que os remuneraram os Príncipes. El-Rei D. Afonso V foi o primeiro que dando princípio aos filamentos, fez matricular nos seus livros alguns daqueles cavaleiros que escolheu para o serviço de sua casa, a que El-Rei D. Sebastião deu legítimo que hoje se usa.

Com este novo acrescentamento de honra e foro de fidalgos da Casa Real, se foi, sem dúvida escurecendo o antigo foro de cavaleiro e escudeiro, prevalecendo como hoje se usa, somente o de Fidalgo da Casa. Chegou este a tão alta estimação que os Reis os deram senão em prémios de serviços muito distinto e relevante. Porém com a perda de D. Sebastião, bem que ficaram em suspenso os progressos dos beneméritos, com a mudança do Estado e estranho governo de que se padeceu por espaço de 60 anos, se veio a facilitar esta honra de sorte que só deve queixar-se de si ou da falta de sua

indústria, quem tendo dinheiro naquela conjuntura, não aproveitou a monção, pois os governadores Castelhanos que no nosso Reino tinham o seu Brasil, Índia e Mina, fazendo negócio de tudo chegaram a pôr preço a uma honra, que por sua alta estimação até àquele tempo ninguém se atreveu a dar-lho. Dirão muitos que o merecimento sem prémio é mais estimável, do que o prémio sem merecimento. Outros dirão que pelo contrário que cada um quer que o vejam feliz, porque quem assim o vê, sempre o supõe benemérito.

Recolhendo, porém, mais o discurso ao século presente de 700, aonde vamos, vejo o imenso número de expectores que ansiosos desejam saber qual fosse a honra dos escudeiros e cavaleiros daqueles séculos pretéritos de onde vimos. E tal são os que por ora temos de tratar, pois não é bem satisfazermos só com o dito de uma velha imaginária, que se fosse possível transportar-se a este século, seria nele já uma coisa transportada sem juízo. E assim, fazendo mais maduro e circunspecto nesses particulares e querendo mostrar seriamente que a nobreza era a dos escudeiros e cavaleiros dos séculos passados deve a nossa especulação ao Cavaleiro António de Vila Lobos e Sampaio, autoridade mais clara que profusão de tão dilatadas eras nos podia permitir e lhe deveu a Pátria nesta matéria, uma explicação mui conspícua.

Principia ele no capítulo 16 da “NOBILARQUIA PORTUGUESA”, que os títulos mais antigos da nobreza do nosso Reino de Portugale ainda mais resto de Espanha, eram o de escudeiro e cavaleiro.

Prossegue na fidalguia dos solares, abaixo dos títulos, explicando outros mais diferentes de fidalguia, que fazem mui pouco ao nosso propósito. E passando ao capítulo 17 do dito livro, promove a honra de escudeiros e cavaleiros, a maior e de mais estimação que se fazia naqueles tempos. Dizendo em como destes títulos se prezava ainda a melhor fidalguia do nosso Reino, por ser o título de escudeiro o primeiro título de nobreza em Portugal, nas pessoas que não tinham jurisdição, nem terras de que se chamassem senhores, procedendo este título das armas que por feitos heroicos ganhavam na guerra e se trazia nos escudos com que se pelejava.

Passa-se a exagerara grande estimação que no princípio do Reino e ainda depois muitos anos se fazia dos escudos das armas, ganhadas por feitos próprios e como deixando muitos de pinta os seus escudos, com os brasões e as divisas de suas famílias e progenitores, levavam à guerra os escudos em branco, para enobrecê-los com brasões adquiridos por suas próprias façanhas, o que prova com o Conde D. Henrique, Duarte Pacheco e outros.

Destes escudos, diz, se nomeavam escudeiros aqueles primeiros que os ganhavam e depois deles, seus descendentes que no tempo dos antigos Reis de Portugal, era a principal fidalguia do Reino e prova, alegando entre algumas crónicas antigas, a de D. Pedro I, os registos de D. João I, em que se refere muitas memórias mais e conclui com o de uma carta de D. João III, que anda na Monarquia Lusitana, escrita para o Infante D. Luiz, seu irmão, dizendo que para tirar toda a dúvida a quem ignorar estas antigualhas, até os príncipes naquele tempo, antes de tomar o grau de Cavalaria, se chamavam escudeiros.

Além destes cavaleiros e escudeiros, diz, havia outros por privilégio ou que queriam gozar dele, por se melhorarem do estado plebeu, tratando-se bem e andando a cavalo. A diferença destes, chamavam aos escudeiros e cavaleiros que eram nobres por geração, fidalgos de vingar 500 soldos. Prossegue o galante modo de fazer cavaleiros que havia em Tomar. Explica a escolha que de uns e outros fez El-Rei D. Afonso V: trata dos filhamentos e regimento que El-Rei D. Sebastião lhes dera. E depois de proceder em uma explicação mui noticiosa sobre este particular dos filhamentos e diferenças de foros que inventaram os Reis para terem mais que hoje o foro de cavaleiros e escudeiros. Se dá a homem plebeu, não podem acrescentar mais que a

cavaleiros-fidalgos, nem podem subir a fidalgos-cavaleiros. O foro de escudeiro-fidalgo, dá-se por acrescentamento aos moços de câmara, que podem por seus merecimentos subir a foro melhor, como se vê no Regimento do Mordomo-Mór, cap. 10 e 11.

Além desses foros acima ditos (prossegue) e dos cavaleiros-fidalgos, que são matriculados pelo Mordomo-Mór e também cavaleiros confirmados que são feitos pelos capitães em acto militar e depois confirmados por El-Rei e deles fala a ordenação. Além do foro de Escudeiros-Fidalgos, há o de escudeiro de linhagem, que são aqueles que procedem de escudeiros, tratando-se como tal.

E conclui apontando as várias ordenações e autores, como tudo mais, particularmente, pode-se ver no referido capítulo do mencionado livro, em o qual se faz digno de reflexão, dizer o mesmo autor que quem até ao ano de 1572, achar seus avós nomeados por escudeiros-fidalgos ou cavaleiros-fidalgos, se não descontente, porque esses eram naqueles tempos os verdadeiros fidalgos, com acrescentamento nos livros de El-Rei. Agora pois, juntando a isto dizer o mesmo capítulo, que hoje o foro de cavaleiros e escudeiros, se dá a homens plebeus, se infere não ser assim naquele tempo, pois assim como o autor nos diz, por palavras de presente, que há cavaleiros confirmados, feitos pelos capitães em actos militares e não fala por palavra de pretérito, nem se explica pela demonstrativa hoje e, somente, pela assertiva, fica manifesto que estes sim os haveria em todo o tempo, mas aqueles, sómente, hoje é que os há. Parece-me precisa esta explicação, digo, reflexão, por me parecer verosímil que os foros de cavaleiro e escudeiro que hoje há e que se dá a homens plebeus, o não havia ou não se dava antes do ano de 1572. Salvo porém, neste caso, a melhor opinião.

Em confirmação do que digo, declaro não reflectiria nisto, se tão considerado autor, só se explicara pela assertiva e não pela demonstrativa, hoje. E me valho de outros tratados e palavras em o contexto do mesmo capítulo, aonde formalmente diz. Mas porque havia escudeiros e cavaleiros por privilégio ou que queriam gozar dele para se melhorarem do estado plebeu, infiro que ainda entre estes há muita diferença com aqueles, tanto no tempo, como no foro, como nos tratados do autor que são quem nos demonstra estas diferenças. E se estes a quem diz se dá hoje o dito foro, sendo plebeus, têm alguma semelhança. Será só com os chamados de privilégio que o referido contexto declara havia naqueles tempos antigos. E tanto uns como os outros me parece não serem aqueles que antes do ano de 1572, se acham nomeados com o título de escudeiros e cavaleiros fidalgos.

Reduzindo, pois, todas estas diferenças de cavaleiros e escudeiros a melhor clareza, segundo a doutrina do autor referido que seguimos, é de saber que abaixo dos fidalgos de solar e senhores de terras, que só reconhecem superioridade aos títulos, a principal nobreza que antigamente havia nestes Reinos, era a dos escudeiros e cavaleiros fidalgos e os de linhagem. Depois destes os confirmados por El-Rei e feitos pelos capitães em acto militar e abaixo destes os de privilégio ou que queriam gozar dele, por melhorar ao estado de plebeu. À semelhança destes é que hoje se dá foro de escudeiros e cavaleiros, posto que sejam plebeus. Advertindo que os que procedem de escudeiros que por feitos de armas o merecessem, ainda que fidalgo fosse, sempre é linhagem de escudeiro (bem que fidalgo não seja) tratando-se como tal.

Em outro lugar do mesmo capítulo se vê que, assim os cavaleiros e escudeiros neste Reino, sendo de nobre geração e não feitos por privilégio, eram os fidalgos daquele tempo e não havia neles outra diferença, mais do que ter ou não ter alcançado o grau de cavalaria, porque o de cavaleiro se não dava sem primeiro haver o de escudeiro e todos adquiridos por feitos de armas. De sorte que segundo se colhe do referido contexto entre cavaleiro e cavaleiro não havia mais diferença do que ser feito por merecimento em armas ou feito por privilégio.

Daqui agora vendo cada um a qual destas classes pertencem as suas cavalarias ou de seus progenitores, ainda que ache não pertencerem aos primeiros, por serem de maior estima, não deve ter em pouco o ser nobre e tanto mais que participar de maior antiguidade.

Porque ainda os que achatem descender de cavaleiros, feitos por privilégio somente, se no trato de seus maiores, se há conservado esta civil nobreza, vivendo na lei dela e com ouro de haverem ocupado os empreendimentos que se costumam dar aos nobres e sem dúvida lhes não resta que invejar à nobreza do presente século, em que muitos haverá sem esta antiguidade.

Advertindo que tanto mais participar dela pela nobreza de qualquer das referidas classes ou diferenças de cavalaria, ou seja adquirida por privilégio ou por merecimentos feitos em armas, mais tem de gloriar-se e por consequência maiores obrigações lhe correm de corresponder com procedimentos nobres e esclarecidos ao foro daquela nobreza de que se considerar sucessor. Que se isto basta para fazer nobres aos que fundam sua nobreza em seu procedimento, a falta deste será também mui bastante para fazer escurecer nobreza mais esclarecida.

Sabido pois já o princípio que neste Reino teve a nobreza, assim dos cavaleiros como dos escudeiros de que tanto em copioso número se enobreceu esta Vila nos séculos passados. Será bem que lhe sigamos os passos, na mesma Vila, por vermos em empreendimentos e ocupações nobres que nela exercitaram, pois são estes os vestígios que deixa à posteridade quem anda pelos caminhos da honra.

E como os empreendimentos honrosos e nobreza dos povos, em toda a parte, são os rasgos, assim das Justiças, como das Misericórdias e os Monarcas ordenaram sempre por suas Leis que estes os ocupassem as pessoas mais beneméritas e da principal nobreza dos mesmos povos, veremos primeiro as pessoas que se exercitaram nos empreendimentos e principais cargos da Misericórdia desta Vila, segundo as notas que se puderam haver com a diligência mais exacta e descobrir entre as confusas memórias de livros truncados na falta de outros que totalmente não há. E depois pelos da Câmara se verá os que exercitaram em cargos de Justiça e oficiais da República.

Para havermos de formar a plana dos Provedores e mais cargos da Misericórdia, segundo os tempos de que se pode haver nota e de advertir que segundo informação de pessoa fidedigna se acham mui truncadas as memórias porque faltam alguns dos anos, com o que a ordem das eras não pode ser sucessiva.

E, assim, valendo-me e aproveitando-me somente das que nos foram dadas, havidas de um exame mui conspíquo, depois do qual não podem padecer dúvidas fidedignas, as expomos na seguinte plana:

**PLANA DOS PROVIDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DESTA VILA, HAVIDOS POR TRESLADO QUE FIELMENTE SE TIROU DE UM LIVRO QUE MOSTRAVA HAVER SERVIDO NAS ELEIÇÕES DELA E COMEÇA NO ANO DE 1450, SENDO CONFRARIA O QUE É HOJE IRMANDADE.**

**Anos**

1450.....	Vasco Annes.....	Juiz da Confraria
	Estevão Domingues.....	Mordomo
	Felipe Gonçalves.....	Escrivão
1509.....	Lopo Delgado, Escudeiro.....	Juiz da Confraria
1543.....	Duarte Vaz.....	Provedor
	Fernão Dias.....	Escrivão
	Simão Vaz.....	Mordomo
	António Ribeiro.....	Procurador
1549.....	Simão Vaz.....	Provedor
	António da Maia.....	Escrivão
	Rodrigo de Parada.....	Mordomo
	Diogo Lourenço Panasco.....	Procurador
1550.....	João da Fonseca.....	Provedor
	Mem Lourenço.....	Escrivão
	Pedro Cordeiro.....	Mordomo
	Ambrósio Gonçalves.....	Procurador
1551.....	Simão Dias.....	Provedor
	Diogo Lourenço Panasco.....	Escrivão
	Fradique Lopes.....	Mordomo
	Simão Vaz, Criado de D. António....	Procurador
1552.....	Gil Vaz.....	Provedor
	Rodrigo de Parada.....	Escrivão
	Pedro Dias.....	Mordomo
	Mem Roiz.....	Procurador
1553.....	João Caldeira.....	Provedor
	Fernão Gueifão.....	Mordomo
	António da Maia.....	Escrivão
	Diogo Fernandes.....	Procurador
1554.....	Pedro Cordeiro, Cavaleiro.....	Provedor
	Álvaro Dias.....	Mordomo
	António Marcão.....	Escrivão
	Brás Fernandes Maia.....	Procurador
1555.....	Fradique Lopes.....	Provedor
	Lourenço Dias.....	Mordomo
	Fernão de Andrada.....	Escrivão
	Álvaro Cordeiro.....	Procurador

1556.....	Rui Dias, Tabelião.....	Provedor
	Sebastião de Figueiredo.....	Mordomo
	Pedro Fernandes Mestre.....	Escrivão
	Lourenço Mendes.....	Procurador
1557.....	Mem Roiz.....	Provedor
	Álvaro Nunes.....	Mordomo
	Álvaro Fernandes, Mercador.....	Procurador
1569.....	Pedro da Mota.....	Provedor
	Simão Vaz, o Velho.....	Mordomo
	Manuel Pinto.....	Escrivão

Vai conferido com o seu original e que no ano de 1548, houvera uma eleição no dia de Santo Estevão e no ano de 1549, outra no dia da Visitação.

É certo mais provedores havia de haver, elo decurso destes anos, mas na referida memória se não faz menção deles e nos falta os que vão de 1450 a 1509, em que vão 59 naos de cujas eleições não há memória alguma, nas que até aqui se tem visto.

Prossegue a mesma plana dos provedores, em outras memórias de outro livro que começa no ano de 1554, sendo Provedor, Pedro Cordeiro, Cavaleiro.

1554.....	Pedro Cordeiro.....	Provedor
	Álvaro Dias, Cavaleiro.....	Mordomo
	António Marcão.....	Escrivão
1570.....	João Gueifão.....	Provedor
	Fernão Caldeira.....	Mordomo
1575.....	Pedro Dias, Cavaleiro.....	Provedor
	António Ribeiro.....	Mordomo
1577.....	Pedro Cordeiro, Cavaleiro.....	Provedor
1578.....	Gaspar Dias, Cavaleiro.....	Provedor
1579.....	Manuel Pinto.....	Provedor
1580.....	Pedro Gil.....	Provedor
1581.....	Sebastião Lobato.....	Provedor
	António Leitão.....	Provedor
1582.....	Jorge de Pina.....	Provedor
1583.....	Fernão Gueifão.....	Provedor
1584.....	Sebastião Gueifão.....	Provedor
1585.....	Gaspar Dias, Cavaleiro.....	Provedor
1586.....	Pedro Gueifão Parada.....	Provedor
	João Ferreira Borrego.....	Escrivão
1587.....	António Pereira.....	Provedor
1588.....	Fernão Gueifão.....	Provedor
1589.....	Pedro Gueifão.....	Provedor
1590.....	Gaspar Dias, Cavaleiro.....	Provedor
1591.....	Manuel Mendes.....	Provedor
1592.....	António Roiz de Aviz.....	Provedor



1593.....	Fernão Gueifão.....	Provedor
1594.....	Padre Sebastião Lobato.....	Provedor
1595.....	Pedro Gueifão.....	Provedor
1596.....	António Roiz de Aviz.....	Provedor
1599.....	Diogo Caldeira.....	Provedor
1600.....	Fernão Gueifão.....	Provedor
1602.....	António Carvalho.....	Provedor
1603.....	João Alves Chorro.....	Provedor
1604.....	Jorge Pina do Lago.....	Provedor
1605.....	Pedro Gueifão.....	Provedor
1606.....	António Carvalho.....	Provedor
1607.....	Jorge Pina do Lago.....	Provedor
1608.....	Francisco Gil Ferreira.....	Provedor
1609.....	Luís Temudo.....	Provedor
	Pedro Lopes Barata.....	Escrivão

que por não aceitarem a Mesa

1609.....	Vasco Cordeiro.....	Provedor
	Miguel de Brito.....	Escrivão
1610.....	Vicente Freire de Mendanha.....	Provedor
	Vasco Homem de Brito.....	Escrivão
1611.....	Diogo Roiz Caldeira.....	Provedor
	António Ferreira Galvão.....	Escrivão
1612.....	António de Carvalho.....	Provedor
	Simão Freire de Mendanha.....	Escrivão
1613.....	Vasco Homem de Brito.....	Provedor
	Diogo Ferreira Gil.....	Escrivão
1614.....	Pedro Lopes Barata Mendonça.....	Provedor
	Afonso Ferreira Galvão.....	Escrivão
1615.....	João Cordeiro Caldeira.....	Provedor
	Simão Fradique de Araújo.....	Escrivão
1616.....	Francisco Gil Ferreira.....	Provedor
	Manuel Pinheiro.....	Escrivão

Suplemento aos anos de que não constava eleições dos Provedores e mais Oficiais da Casa, havidos pelos Livros dos Defuntos dela - Livro que começa no ano de 1560.

1560.....	João Gueifão.....	Provedor
	Fernão Cordeiro.....	Mordomo
	Manuel Pinto.....	Escrivão
1561.....	Fernão Caldeira.....	Provedor
	Fradique Lopes.....	Mordomo
	Sebastião Dias.....	Escrivão
	Álvaro da Costa.....	Procurador
1566.....	Diogo Fernandes.....	Provedor
	Álvaro Fernandes.....	Mordomo
	Manuel Leitão.....	Escrivão
	Gaspar Roiz.....	Procurador
1564.....	O Senhor D. Duarte de Almeida.....	Provedor
1569.....	Fernão Gueifão.....	Provedor
	Manuel Mendes.....	Mordomo
	António Pinto.....	Escrivão

1570.....	João Gueifão.....	Provedor
	Fernão de Andrada.....	Mordomo
	António Leitão.....	Escrivão
	Simão Vaz, o Velho.....	Procurador
1571.....	Fernão Vaz.....	Provedor
	Gaspar Gonçalves.....	Mordomo
	Diogo Alemão.....	Escrivão
	Pedro Fernandes.....	Procurador
1572.....	Diogo Dias de Faria.....	Provedor
	Vasco Cordeiro.....	Mordomo
1573.....	João Gueifão.....	Provedor
	Simão Freire.....	Escrivão
1574.....	Pedro Dias, Cavaleiro.....	Provedor
	Manuel de Parada.....	Escrivão
	António Roiz.....	Procurador
1575.....	Fernão Andrada.....	Provedor

A toda a parte chegou o mesmo contágio que arruinou as memórias de que nos podiam socorrer os Cartórios Públicos. Até neste que pareceria o mais resguardado, teve jurisdição o descuido, pois vemos que por grande número de anos falta com as notas a ordem sucessiva deles.

Daqui se colhe ser certo que das pessoas que deixamos nomeadas na plana dos cavaleiros e escudeiros, muitas haviam de ser provedores, que nesta plana não constam e que não pode haver outra causa, mais do que a truncada sucessão dos anos em que perdida a ordem sucessiva das eras, se perde também a das notas de sucessivas eleições. Segundo a nota de que me informam as memórias da minha casa, mei bisavô, Sebastião Serrão da Mota, foi provedor no ano de 1634, por eleição de 1633 e foi escrivão com ele Manuel Tavares de Brito e Irmãos da Mesa: Sebastião da Maia, João Homem de Brito, João Maia, Manuel Leitão e Sebastião Andrada - de segunda condição: Manuel Dias, Oleiro, António Dias, Falcão, Diogo Cordeiro, Tocador, Francisco Sambado, Miguel Lobato, Sapateiro e António Vaz.

O mesmo tornaria a servir de Provedor no ano de 1640. Foi com ele escrivão Francisco Manso, Tesoureiro Manuel de Parada Dinis e os mais que da memória constam. E porque faltam as eleições referidas, não se podia saber, se da dita memória não constava. E desta mesma sorte serão muitos em que talvez faltasse a curiosidade. João Alves Chorro, pai do sobredito, foi também Provedor no ano de 1603, como se vê na plana retro e também consta do mesmo livro de memórias. Se houvésemos de entrar pela casa de cada um, poderíamos ampliar mais estas notas. E disse ingenuamente o que só da minha poderia saber.

Faltando-nos, pois, as memórias antigas com notícias de 148 provedores, que sem especulação achamos menos na referida plana, com verdade podemos dizer que não houve família naquele tempo, nem hoje há, das que têm delas a sua origem, a quem não alcançasse o contágio das ruínas que nas referidas notas fez o descuido ou o tempo.

Todos os referidos me constam por memórias dos Livros antigos da Misericórdia desta Vila que vi e me foram dadas por pessoa que não as conservaria com suspeita duvidosa. Faltam só as notas do livro novo e último que hoje existe, o qual não vi, nem dele se faz menção nas memórias referidas. Se algum dia o vir, darei dele cópia em lugar apartado.

Mas porque não só pelos cargos da Misericórdia se faz demonstrável a nobreza dos que os exercitaram, como também pelos da Justiça e República em que os Príncipes por

suas leis e ordenações decretaram só para a nobreza estes empreendimentos, com tanta mais observação quanto maior era o rigor que sempre tiveram as leis em seu princípio, faremos plana do que pode inquirir a nossa aplicação de indagar papéis quase imperceptíveis e é na forma que se segue:

**PLANA DOS JUÍZES DE QUE SE ACHA MEMÓRIA EM VÁRIOS PERGAMINHOS DA CÂMARA, QUE FORAM PELOS SÉCULOS DE 300 E 400, ANTES DE O SARDOAL TER SIDO FEITO VILA.**

1313 - Lourenço Fernandes e Vicente Annes.....	Juízes
1315 - Estevão ou Cristóvão Dias.....	Juiz
1365 - Gil Esteves.....	Juiz
1411 - Pascoal Esteves.....	Juiz
1426 - João Afonso e Lourenço Anes.....	Juizes
1432 - Álvaro Minguens.....	Juiz
João Bugalho.....	Procurador
1435 - Lançarote Yanes, Escudeiro Vassalo.....	Juiz
1436 - João Domingues.....	Juiz
1442 - Gil Afonso Badaleiro.....	Juiz
1446 - Afonso Vasques.....	Juiz
1460 - Bento Anes e Sebastião Afonso, escudeiros.....	Juízes
1462 - Rui Lourenço, escudeiro, vassalo de El-Rei e Vasco Gil	
Juízes Ordinários no lugar de Sardeal.	
1464 - António de Parada.....	Juiz

Todo o referido consta pelos pergaminhos que vi no Arquivo da Câmara , deduzida a Era de César à de Cristo.

**PLANA DOS JUÍZES E MAIS OFICIAIS DA CÂMARA PERTENCENTES AO SÉCULO DE 500, SEGUNDO CONSTA POR ALGUNS LIVROS DO CARTÓRIO DA MESMA CÂMARA:**

**LIVRO DA FÁBRICA - JUIZ QUE O RUBRICOU - DIOGO GONÇALVES**

1507 - O honrado Henrique Lopes .....	Juiz
Jorge Delgado, Escudeiro.....	Vereador
Gonçalo Alves, criado do Senhor D.Fernando -Vice-Rei	
da Índia.....	Vereador
1533 - Álvaro Cordeiro e Diogo Gonçalves.....	Juízes
Afonso Dias, Diogo Gonçalves e João Leitão.....	Vereadores
Mem Lourenço.....	Procurador
1534 - Francisco Fernandes, Cavaleiro e João Dias Ferreira.....	Juízes
Diogo Filipe Chorro, Rui Dias e Pedro Bernardes.....	Vereadores
António Maia.....	Procurador
1535 - Lourenço Dias e Fernão Caldeira.....	Juízes
Bernardim Travassos, Sebastião de Figueiredo e Afonso	
Pires.....	Vereadores
Fernão Ferreira.....	Procurador
1537 - Pedro Gueifão e Gaspar Dias.....	Juízes
António Vaz, Jorge Fernandes e Diogo Fernandes.....	Vereadores
João do Sardeal.....	Procurador

- 1538 - Gaspar Dias, filho de Pedro Vaz Arno.....Juiz  
Vereadores e Procurador, são os mesmos do ano anterior
- 1539 - Fernão Dias e João Dias.....Juizes  
Mem Roiz, Jorge Cordeiro e Diogo Roiz.....Vereadores  
Álvaro Sambado.....Procurador
- 1540 - João Caldeira, escudeiro.....Juiz  
Afonso Dias e Rui Dias.....Vereadores  
Fernão Lopes.....Procurador
- 1541 - Jorge Fernandes.....Juiz  
Estevão Lobato, Fernão Dias e Diogo Sambado.....Vereadores
- 1542 - João de ..... e Diogo Gonçalves.....Juizes  
Simão Vouga, Diogo Fernandes, Criado do Sr. D. Duarte  
e Diogo Fernandes, Filho de Ana Denis.....Vereadores
- 1543 - Fernão Caldeira e António Vaz.....Juizes  
Diogo Dias Gueifão, João Leitão e António Roiz.....Vereadores  
Fernão Pinheiro.....Procurador
- 1544 - Rui Dias e Duarte Vaz.....Juizes  
Duarte Fernandes, Afonso Pires e Álvaro Dias Mação ou da  
Índia ou Chorro, que de qualquer destas formas a firma é a  
mesma, o que sei por ser meu 4º avô e haver cotejado a firma  
com outras que tenho em casa.....Vereadores  
Álvaro Ferreira.....Procurador

*Segue esta plana até ao ano de 1599, que não transcrevemos por muito extensa. Pode, de qualquer forma, ser consultada no original em Arquivo na Câmara Municipal de Sardoal.*

(...) Todas estas pessoas que pelo século de 500 achamos na Plana dos Cavaleiros e Escudeiros, ocuparam os referidos cargos, em seu lugar notados, tanto os da Misericórdia, como os da República, nos ditos séculos.

Pois expendemos com tanta clareza e profusão o grande culto e devoção que houvera da Santa Casa da Misericórdia desta Vila, para constar a mudança que até nas coisas pias costuma fazer a volubilidade dos tempos, poremos aqui, ainda que fora do seu lugar, outra nota para que também sirva para memória de que anda permanece no seu estado, pois subindo todas as coisas a um certo ponto de aumento, logo dele passam para a sua declinação e vem a ser que hoje é dia dez de Novembro de 1753, véspera de S. Martinho e dia em que aquela pia Irmandade costuma celebrar a memória de seus defuntos Irmãos, com os sufrágios de funerais e exéquias em que há também sermão , a cujas funções me costuma levar menos que devoção, a curiosidade e ali presenciei que em todo o ofício que se celebrou se não viu nem um só único Irmão da Mesa nem da Casa, só eu ali me achei, fora do colégio e alguns meninos da escola, posto que poucos. Ao officiar da missa apareceram mais três pessoas em que se contava uma mulher que assistiram até ao fim do sermão em lugar de outros tantos clérigos que acabado o ofício não quiseram dizer nada daquela função e a officiar a missa apareceu somente um irmão que teve a Cruz, sem tocheiros, nem círios, por não haver Irmãos para eles. E descendo o pregador do púlpito, indo eu a cumprimentá-lo do bem que havia pregado, lhe disse que não podia conter-lhe segredo em um descuido que achava no seu sermão e vendo que o Padre alguma coisa mudava de semblante por ser a primeira vez que nos víamos o desassustei dizendo-lhe que não havendo oito dias que estava nesta Vila, como podia elogiar aquela Irmandade por pluralidade de Irmãos, onde não

se via mais do que um. Riu-se o Padre e os circunstantes e eu fiquei chorando no meu coração, por ter mais intrínseco conhecimento do que fora a devoção e zelo daquela Irmandade em respeito do que hoje via. Seja tudo para mais glória de Deus e de seus impenetráveis Juízos.

Para concluirmos com aquelas notas que achamos do século de 500, em abono do Sardeal e sua antiga nobreza, resta fazer menção de algumas pessoas que pelo caminho da honra deixaram as vidas, a liberdade e a fazenda, no serviço da Pátria, do Rei e da Religião, cujos progressos não somente são gloriosos a toda a Nação, mas com muita especialidade ao Sardeal, em cujas glórias não quisera ser diminuto, assim como não procuro ser excessivo.

Já fica dito que houve algum descuido em notar aquelas pessoas que pelos livros de notas achamos serem mortos ou cativos nas conquistas do Reino. Outras, porém, de que não foi preciso fazer menção, exporei neste lugar, porque não é justo privar ao Sardeal desta gloriosa memória. E assim, porque neste particular se não observou ordem alguma, sem ela irão mencionadas as referidas pessoas, explicando somente o tempo e outras circunstâncias que confusamente se acharam em 4 palimpsestos que formei das coisas mais dignas de fazer memória delas. Nem tenho por preciso observar aqui a ordem sucessiva dos anos.

**Palimpsesto das pessoas naturais desta Vila que nas conquistas do Reino foram mortos e cativos pelo serviço da Monarquia segundo se acha notado em nossos palimpsestos onde se declara o Livro de onde se extraíram, o Juiz que o rubricou, o ano e a folha, com a declaração que muitas pessoas ficaram por notar, por inadvertência de que em este lugar se haveria de fazer delas menção.**

#### **PALIMPSESTO PRIMEIRO**

**Fernão de Sousa**, fidalgo da Casa de El-Rei e marido de D. Maria de Almeida, moradores nesta Vila e foi na jornada de África com D. Sebastião.

**Valério Bernardes**, irmão de Nicolau Bernardes, morreu na Índia.

**André Cordeiro**, morreu na Índia. Deixou por sua testamenteira a Casa da Misericórdia de Cochim.

**João Pires Cordeiro**, irmão do sobredito. Morreu em Malaca.

**Duarte Caldeira**, filho de Diogo Fernandes, Tabelião. Morreu na Índia.

**Jacome Freire**, Cavaleiro. Vende sua mulher, Inês Cordeiro, certa fazenda para o seu resgate, por ficar cativo em Fez pela Morte de El-Rei D. Sebastião.

**João Caldeira**, Cortesão, Cavaleiro, Fidalgo da Casa de D. Duarte e seu aposentador e irmão do dito Duarte Caldeira, diz o contexto estar assistente em Argel.

**Francisco Machado**, marido de Leonor Chorra, fronteiro na Índia.

**Rui Dias Freire**, deixou em seu testamento 15 ou 20 missas por alma de D. João III, a quem não só serviu, mas muito amava. Ano de 1569.

**Tristão da Silva**. Morreu no Brasil.

**António Lourenço Panasco**, residente na Índia.

**António Freire**, irmão de Jacome Freire, ficou cativo em Fez no ano de 1578 e lá morreu.

**Tomé Roiz de Parada**, de quem já se disse gastara a sua fazenda e o dote de sua mulher no serviço dos Reis deste Reino. Para o seu resgate concorreu Diogo Fernandes com 14 000 réis.

**Afonso Pires**, para ajuda de o tirarem do cativo, deixou 10 cruzados, sua prima Isabel Ferreira.

**Fernão de Figueiredo**, que morreu na Índia e foi pai de Manuel de Figueiredo.

## **PALIMPSESTO SEGUNDO**

**Jorge da Maia**: devia também morrer na Índia, porque sua mãe, Margarida Gil, deu procuração ao Padre Diogo Gomes para cobrar na Casa da Índia, a fazenda de seu filho.

**João Gueifão**, que militou em África o que consta pela renúncia de seus serviços aos Reis de Portugal naquela conquista, cuja renúncia fazem seus filhos, em Pedro Gueifão Parada, irmão dos sobreditos.

**Tomé Roiz de Parada**, consta morrer na jornada de África, onde foi com Sua Alteza.

**Ricardo Gameiro de Pina**, morreu na jornada de El-Rei D. Sebastião.

## **PALIMPSESTO TERCEIRO**

**Diogo Delgado**, casou e morreu na Índia.

**Lourenço Delgado**, filho de Leonor Delgada e de Simão Delgado, morreu na guerra de Malaca.

**Fernão Pinheiro**, morreu indo para Malaca, na companhia de D. João de Noronha.

**Francisco Pereira Betancurt**, Secretário de Sua Majestade na Corte de Madrid.

**Jacome de Brito**, filho de Francisco de Brito, foi mandado por seu pai, em serviço de Sua Majestade no Estado da Índia, onde depois de residir 27 ou 28 anos, recolhendo-se para o Reino, na Nau onde vinha o Governador Manuel de Sousa Coutinho, esta se perdeu e dela não se teve mais notícia, cujos serviços renuncia seu pai, como herdeiro, em Miguel de Brito, seu filho.

**Simão de Brito**, que morreu nas partes da Índia e era irmão dos referidos e seus serviços os renuncia, Francisco de Brito, seu pai, em Miguel de Brito, seu irmão.

**Lourenço Chorro Seixo**, mancebo solteiro, que foi na jornada de África com D. Sebastião e morreu na Batalha de Alcácer.

## **PALIMPSESTO QUARTO**

**Manuel Chorro Denis**, residente no Brasil.

**Rui dias**, irmão que era de Diogo Gonçalves, morreu nas partes da Índia.

**Pedro da Mouta**, cavaleiro, residente nas partes da Índia, por essa relação não consta que lá morresse, mas ali se empenhou em certa quantia de mercadoria e peças.

**Fernão Cordeiro**, sogro de Diogo Ferreira Nunes, morreu na jornada de Alcácer, onde fora em companhia de D. Sebastião.

**Manuel Chorro Denis**, supra, marido de Isabel Caldeira, morreu nas partes de Angola.

**Francisco de Parada**, tio do grande Paulo de Parada, natural que foi desta Vila, depois de militar 13 anos contínuos no Estado da Índia, sendo despachado pelo Capitão-Mór D. Vasco da Gama, para a Corte de Madrid, morreu na Corte antes de lhe ser feita mercê alguma e ali fez sua herdeira de seus serviços a sua irmã Maria Fraioa, a qual os renunciou em seu sobrinho Paulo de Parada Fraião, por ele ser mancebo nobre e bem disposto, o qual determinava naquele tempo (era o ano de 1623) ir servir S. M. nas partes da Índia, com os quais serviços lhe foram entregues duas cartas que vieram da Índia para S.M..

*Em nota na margem desta página: Francisco Vaz Brasco, militou 20 anos e sete meses em Tânger, com cavalo e armas. Seu pai, António Vaz Brasco, militou na mesma cidade 3 anos que se acabam em 1623. Consta de uma provisão de El-Rei, por onde faz mercê de um officio a quem casasse com uma filha de Francisco Vaz Brasco. Esta casou com Francisco de Parada Tavares, de*

*quem nasceu Joana Vaz Brasca que casou com João Ferreira de quem houve uma filha de que não pode ter descendência.*

Partiu o dito Paulo de Parada para Madrid a despachar os ditos serviços e não nos consta que naquele ano fosse para a Índia, nem em qualquer outro. Sabe-se que se deu ao serviço de S. M. nas guerras da Flandres, onde por seus grandes merecimentos, crescera muito em honras e se fizera celebrar. Cuido que morreu em Espanha, pois me não consta que tornasse a este Reino. Mas como falamos de um herói, que mereceu o título de Grande, daremos aqui de sua origem aquela relação de que nos informa o assento de onde tiramos a nota supra e outros de que tratam nosso palimpsestos; também para livrar ao engano os que o fazem natural do Alentejo, especialmente Francisco Soares Toscano em seu "*Paralelo dos Príncipes*", aonde até o faz de humilde nascimento, qual Mário, com quem o paraleliza, do que se não deve tornar culpa a este autor, senão a quem o informara sem a circunspecta certeza de que um judicioso exame, por falta do que havemos tantas notícias erradas.

O Grande Paulo de Parada, que pelo seu merecimento chegou ao posto de Mestre de Campo General, que era só um no Exército, como o mesmo autor refere, foi natural desta Vila e aqui baptizado, filho de Francisco de Parada Estaço, de Marvão, e de Maria Tavares. Seu avô, Leonel de Parada, também foi natural desta Vila, de nobre geração. casou na de Marvão, na família dos Farias Estaços. O avô materno de Paulo de Parada foi Paulo Roiz Fraião e sua avó Maria Tavares. Mas como escrevemos livro especial em que particularmente tratamos as coisas de Paulo de Parada, sua pátria, qualidade e mais circunstâncias de que houvemos nota com probabilidade firme, não gastamos tempo em referir aqui mais deste benemérito patriota.

E por esta forma havemos concluído a nota das pessoas desta Vila que pelo serviço da Monarquia, deram as vidas, consumiram as fazendas e perderam a liberdade nas conquistas do Reino, coroadando esta memória com as que achamos do Grande Paulo de Parada, do qual, posto que não haja certeza de que passasse aos Estados da Índia, conquistas propriamente de Portugal, mas sim que militara nas guerras da Flandres, outras de Espanha, como Portugal naquela época tivesse a sua Corte em Madrid e era de ambas as monarquias, os progressos com que ali se illustrou Paulo de Parada, foram tanto em utilidade da Monarquia Portuguesa, como se fossem executados na Índia ou em outro qualquer lugar das conquistas do nosso Reino, pois quanto se obrava naqueles tempos em serviço do Rei, que era também de Portugal, redundava em benefício de toda a Coroa e Monarquia Portuguesa.

É certo que muitas pessoas mais houve, naturais desta Vila que foram mortos e cativos tanto na África, como na Ásia e América, aonde o nosso Reino teve suas conquistas. Porém, como não escrevo o que se pode mostrar com lugares públicos, não me valho com coisa alguma de algumas notícias particulares que tenho. E ainda nos livros públicos de notas, em que faria esta particularização, passei por muitas que poderia haver notado. Mas posso afirmar que não foram somente as que daqui faço menção.

De outros sabemos, tanto pelos livros públicos que não notei e outros que acho de minha casa, que depois de haverem militado na Índia e mais estados, vieram com vida.

Tanto dos que morreram ou ficaram cativos, como dos que voltaram à Pátria, não acho família nobre nesta Vila que haja de excluir desta universal: toda a nobreza daqueles tempos militou em serviço da Monarquia. Assim o informa uma grande parte do século 400, até outra de 600, cuja particularização menos me esquivei ao trabalho de um processo grande de que a nota de me ficarem por compreender algumas pessoas de quem me houvesse de faltar uma indefectível provança. Porém, segundo é uso ou tal e

qual lição que tenho das coisas pertencentes aos referidos séculos posso afirmar que não houve família nobre naqueles tempos que não desse homens aos serviços dos Príncipes. O meu fim não é fazer nobiliário e memoriar excelências e renovar aquelas memórias já quase de todo apagadas e consumidas dos tempos se iam de todo escurecendo na lembrança dos homens.

Das mais pessoas que por qualquer feito se fizeram dignos de se entregarem as memórias se dará relação em lugar separado, porque na presente não consta de todos o que baste e o seu lugar será adiante.

*(Segue-se mais uma Plana da Nobreza do lugar do Sardeal, ao tempo de ser feito Vila, feita segundo o autor "Pelos que achei servirem na Misericórdia os cargos de Provedores e mais Officiais da Mesa, notei pelos anos o que se segue, como se vê, neste mesmo livro".*

*Pela sua extensão não transcrevemos esta Plana, remetendo os mais interessados para o original em arquivo na Câmara Municipal.)*

No prólogo deste livro já levo dito que o motivo que me promoveu a entrar nesta empresa foi ver as causas que o Senhor Rei D. João III tomou para fazer Vila ao lugar do Sardeal, as quais expressadas pela boca do mesmo Senhor, consta ser a muita fidalguia de cavaleiros, escudeiros, pessoas nobres e homens de criação que lhe constou viverem no dito lugar. Seria, sem dúvida, um grande bem para o nosso intento nos constasse daquele mesmo ano clara e distintamente o nome de cada uma daquelas pessoas que então viviam no Sardeal com foro de nobreza. Porém como em nenhum dos Cartórios se acha livro algum do dito ano, examinados os que vão de 1543 até 1546, com os de 1509, que por descuido vão em último lugar, não fica fora de boa inteligência o eram já no ano de 1531, em que o dito Senhor fez Vila o Sardeal.

De sorte que aquelas pessoas que achamos até no ano de 1556, inclusive, algumas hão-de passar de 25 anos. Estas com certeza podemos afirmar serem das mencionadas na Carta de Mercê com que o Sardeal foi feito Vila e as que contidas nos 25 anos que vão de 1531 a 1536. Se considerarmos que no ano de 1531 não passariam de 8 ou 10 anos de idade, também se não pode negar, pois se acham na plana das pessoas nobres serem filhos dos que no ano de 1531 foram objecto de nobreza nos de Sua Majestade. Esta mesma reflexão tem lugar ainda entre os que se acharem do ano de 1536 em diante. Mais todas as pessoas que achamos desde o ano de 1531 até ao de 1549.

Sem dúvida existiam ao tempo em que se passou a dita carta, porque dos lugares de onde notámos estas memórias, não podiam constar os nomes destas pessoas senão como homens de 20 ou pelo menos 18 anos.

Na plana dos provedores e mais oficiais da Misericórdia e da dos Juizes e mais oficiais da Câmara se acham algumas pessoas dentro dos sobreditos 25 anos, de que nos cartórios de notas se não faz menção ou porque não foram agentes nas escrituras de que os livros de notas falam. Mas como as achamos pelas memórias da Misericórdia e da Câmara, dentro do tempo que nos indica serem já de mais de 20 anos na era de 1531, não podemos deixar de crer que estas mesmas pessoas dentro dos 25 anos contidos, foram algumas (ainda que não todas) daquelas e cuja qualidade, Sua Majestade atendeu, para fazer Vila o lugar de Sardeal. E como no decurso dos ditos 25 anos decerto haviam de morrer algumas e outrossim nos referidos livros e memórias de onde extraímos não podiam todas haver lugar, também se não pode deixar de crer que muitas mais pessoas nobres do que as que levamos notadas, existiam no Sardeal ao tempo de ser feita Vila.



E se de algumas ainda então não existissem, das referidas não podemos negar que sempre existiram seus pais e sempre era a mesma descendência e a mesma sucessão direita, sem coisa que dúvida faça.

E pois tivemos a felicidade de encontrar com as notícias de Paulo Parada, um patricio que tanto enche de glória as memórias restauradas do Sardoal e sem embargo que dele fazemos particularização em separado volume, não é bem que neste deixemos de fazer dele alguma menção, enriquecendo estas memórias com parte das que houvermos suas. Assim exporemos cronologicamente a ilustre Baronia de sua ascendência, não só como parte principal ao corpo desta obra, mas também para lustre muito principal dela.

## **BARONIA DE PAULO DE PARADA, natural desta Vila do Sardoal:**

Foi Paulo de Parada por linha paterna, filho de Francisco de Parada Estação, natural de Marvão, o qual casou nesta Vila, aonde viveu e morreu. Serviu cargos nobres e teve foros de nobreza daqueles tempos.

Foi neto de Leonel de Parada, desta Vila, que casou em Marvão, o qual aqui serviu os cargos de nobreza e foi Cavaleiro-Fidalgo. Foi bisneto de Rodrigo de Parada, que viveu alguns anos na Vila da Sertã e depois nesta Vila, casado com Isabel Diniz, irmã de António Roiz Diniz, Cavaleiro-Fidalgo.

*(Nota do autor: Daqui em diante segue-se um erro que virá corrigido mais adiante.)*

Foi 3º neto de Rui Lourenço de Parada que viveu em Portalegre, onde casou nobremente.

Foi 4º neto de D. Maria Anes de Parada que casou em Portalegre com Gonçalo Lourenço de Gomide, pessoa das principais daquela cidade, que foi Escrivão da Puridade do Rei D. João I e outro matrimónio foi progenitor dos Albuquerque, Senhores de Vila Verde, de quem procedem os Marqueses de Anjeja e de Marialva e Condes de S. Lourenço, de cujas casas há-de constar a ascendência do dito Gonçalo Lourenço de Gomide, 4º avô de Paulo de Parada.

Foi 5º neto de João Gonçalves de Parada, natural do reino da Galiza, o qual passou a Portugal no reinado de D. Fernando e tendo descendência, justificou seu filho Rodrigo Anes de Parada, governando o Rei D. João I, em como seu pai João Gonçalves de Parada, era homem bem fidalgo de linhagem, pelo que o dito Rei mandou passar carta de nobreza e fidalguia em 23 de Dezembro de 1439, fazendo-o fidalgo de solar conhecido, concedendo-lhe grandes privilégios e franquezas. Teve o foro de vassalo que era o melhor daquele tempo. Casou em Portalegre e dele procedem os Mouzinhos e os Malheiros.

Foi irmão de Soeiro Anes de Parada, de que procedem os Castros de Torrão, Comendador-Mór da Ordem de Santiago e Senhor da Várzea de Moura. Este D. Martim Anes de Parada, foi sobrinho da sobredita D. Maria Anes, 4ª avó de Paulo de Parada, por ser irmã de Soeiro Anes e de Rodrigo Anes de Parada, todos os três filhos do dito João Gonçalves de Parada.

Este apelido e família teve o seu solar no lugar de Parada, junto à Vila da Corunha, na Galiza, de que usaram seus descendentes. Outros mais deste apelido se passaram a este Reino, de que faz menção o Conde D. Pedro, esquecendo-se de João de Parada, que foi Reposteiro-Mór de D. Afonso III e Durão Martins de Parada, que foi mui conhecido no tempo do Rei D. Dinis.

De Paulo de Parada, o Velho, Tio de Francisco de Parada Estação, se dirá em outro lugar.

**SÉRIE DOS SENHORES E DONATÁRIOS QUE TEVE O SARDOAL DESDE QUE É VILA. (Expõe-se na ordem com que a Jurisdição donatária sucedeu sempre na Casa dos Condes de Abrantes):**

Primeiro que tudo deve saber-se que Fernando Alves de Almeida, foi o primeiro deste apelido que teve rendas em Abrantes, as quais lhe dera o Rei D. João I pelos bons serviços com que o ajudara nas Guerras contra Castela, no tempo em que ainda era Mestre de Aviz e lhe deu mais rendas.

O sobredito Fernando Alves de Almeida, achámos ser filho de Pedro Fernandes de Almeida, que servia a D. Inês de Castro, por ordem de El-Rei D. Pedro.

Foi neto de Fernão Pires de Almeida, Alcaide-Mór da Vila de Avô e que se achou na Batalha do Salado.

Foi bisneto de Pedro Paes de Almeida que fora com El-Rei D. Sancho a Castela.

Foi terceiro-neto de Paio Guterres, chamado o Almeidão, porque ganhou o Castelo de Almeida.

E foi 4º neto de Paio Amato ou Amado, chamado assim pelo muito que o fora do Conde D. Henrique.

Esta é a última nota que se achou dos Almeidas, ascendentes do sobredito Fernando Alves de Almeida. Sua descendência é a que se segue:

Diogo Fernandes de Almeida, que foi Vedor da Fazenda do Rei D. João I e D. Duarte e D. Afonso V. É de crer que teria também as rendas de Abrantes, como seu pai Fernando Alves de Almeida.

Sucedeu-lhe seu filho D. Lopo de Almeida, que acompanhou a Imperatriz D. Leonor à Alemanha e na volta o fez El-Rei D. Afonso V, Conde de Abrantes, de que era Alcaide-Mór.

Sucedeu-lhe seu filho D. António de Almeida, 2º Conde de Abrantes e Vedor da Fazenda do Rei D. Afonso V e do Rei D. João II e que lhe entregou seu filho o Senhor D. Jorge.

Sucedeu-lhe seu filho D. Lopo de Almeida, 3º Conde de Abrantes, que foi Vedor da Fazenda de El-Rei D. Manuel.

-Destes dois últimos Condes há papéis por onde consta processarem os Tabeliães em seu nome, antes de o Sardeal ser feito Vila.

Logo que o Rei D. João III fez Vila o lugar de Sardeal e no mesmo dia fez mercê da Vila a D. António de Almeida, 2º filho do último e 3º Conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida, como se vê num outro alvará.

D. António de Almeida, foi Senhor do Sardeal, muito amado dos vassallos e mui zeloso das coisas da justiça, em tão grande maneira que muitas vezes assistia aos actos de suas eleições, como se vê em alguns livros da Câmara desta Vila. Foi Alcaide-Mór de Abrantes, Punhete e Mação.

Sucedeu-lhe seu filho D. João de Almeida, 2º Senhor do Sardeal. Casou com a Senhora D. Leonor de Mendonça, filha de Simão Gonçalves da Câmara, Conde da Calheta. Foi imitador de seu pai no amor aos seus vassallos, como por cartas suas se mostra nos mesmos livros da Câmara.

Sucedeu-lhe D. António de Almeida, seu filho, 3º Senhor do Sardeal e morreu sem filhos. No amor de seus vassallos seguiu a condição de seu pai e avô. E o grande zelo com que tratava nas coisas da República, se vê muito claramente, entre outras coisas de uma carta sua que anda nos livros da Câmara desta Vila, escrita em Madrid, em cuja Corte residia, no tempo em que este Reino era sujeito àquela Coroa e foi feita em 22 de Novembro de 1628 e trasladei em um dos meus palimpsestos.

Com grande honra da minha casa, se conservam se conservam nela algumas cartas firmadas pela mão deste Senhor e escritas a meu bisavô, de que não posso nem devo

querer perdoar a vaidade que em uma de 13 de Março de 1625, escrita de Madrid, se me faz compreensível que não era só zelador grande das coisas da justiça, mas grande honrador dos vassallos que lho sabiam merecer. São suas as palavras seguintes: *"Recebi a que me escreveu de 3 de Janeiro, fez muita dilação e agradeço-lhe o cuidado que teve de me dar conta do que havia precedido em razão dos pelouros dos oficiais da Câmara do presente ano. E não menos estimo os oferecimentos que na sua me faz, que são bem conforme a filho daquele honrado velho que Deus tem."*

Prossegue em outras coisas mais, do referido basta para constar o que deste Cavaleiro fica dito.

*-Durante o reinado de D. Filipe IV, este fez 4º Senhor da Vila do Sardoal D. Afonso de Lencastre.*

Sucedeu-lhe seu irmão D. Miguel de Almeida no senhorio do Sardoal, por mercê do Rei D. João IV, em alvará de 23 de Novembro de 1645, dando-lhe o senhorio em administração, enquanto se não determinasse a causa entre ele e o Marquês de Porto Seguro, determinada a seu favor ou da Coroa, seria a dita mercê, em propriedade em dias da sua vida na forma da Lei Mental. Foi-lhe dada posse do Senhorio desta Vila na pessoa do seu procurador o Padre Francisco Leal, Vigário da Vila de Punhete.

Foi um dos 40 da aclamação, muito leal e valoroso, por onde o dito Rei D. João IV, lhe fez as ditas mercês e outras mais, como são Vedor da sua Fazenda, Comendador de Borba, Gondim e Mordomo-Mór da Rainha D. Luíza.

Sua regência foi muito feliz a esta Vila, por ser grande amador da razão e zeloso de justiça o que bem se vê da bela ordem que tiveram as coisas do seu tempo, em que nunca soube consentir subornos, nulidades, nem injustiças, como por alguns livros da Câmara desta Vila, consta especialmente pelo ano de 1666 e ainda a tradição que do seu bom nome nos informa que era em tudo muito justo.

Morreu sem filhos e por sua morte tomou posse do senhorio desta Vila, por Carta da Coroa, o Corregedor de Tomar Diogo Marchão Temudo, que veio a ter o senhorio do Sardoal, menos de dois anos.

Suposto se acha uma ou duas vezes feita a confirmação da justiça por D. Afonso Lencastre, antes do sobredito D. Miguel, respeitando as palavras do alvará com que a este foi feita mercê do Sardoal. Determinada a causa, reputávamos aquele por intruso. Porém por nota que houvemos de José Monterroyo Mascarenhas, pessoa de conhecida especulação e verdade, é de saber que por morte de D. António de Almeida, em Madrid onde morreu solteiro, na pretensão do título de Conde, ano de 1639, o Rei D. Filipe IV, deu a sua casa a D. Afonso de Lencastre, que depois foi Marquês de Porto Seguro e Duque de Abrantes e por ficar em Castela, se deu em Portugal a referida casa a D. Miguel de Almeida. E desta sorte foi o dito Marquês de Porto Seguro, legítimo Senhor do Sardoal, entrando na ordem de 4º Senhor desta Vila e D. Miguel na de 5º Senhor dela.

Falecidos sem sucessão D. António de Almeida e seu irmão D. Miguel de Almeida, casou sua irmã a Senhora D. Isabel de Mendonça, com João Rodrigues de Sá, 1º Conde de Penaguião e Camareiro-Mór de D. Filipe IV, de quem nasceu D. Francisco de Sá e Meneses, 2º Conde de Penaguião. Deste nasceu João Roiz de Sá e Meneses, 3º Conde de Penaguião e Embaixador a Inglaterra e Camareiro-Mór do Rei D. João IV. Deste nasceu D. Francisco de Sá e Meneses, 4º Conde de Penaguião, 1º Marquês de Fontes, Camareiro-Mór do Rei D. Afonso VI e do Príncipe D. Pedro, do qual, nem dos referidos temos achado lhes fosse feita mercê alguma do Senhorio do Sardoal. Sucedeu-lhe seu irmão D. João Rodrigo de Sá e Meneses.

D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, filho do sobredito e 6º Conde de Penaguião, 2º Marquês de Fontes, 6º Senhor do Sardoal, Alcaide-Mór do Porto, Gentil homem da Câmara do Rei D. João V, embaixador nas Cortes de Roma e Madrid e

primeiro Marquês de Abrantes, Senhor da mesma Vila, Comendador de S. Pedro de Cavaleiros e de Santa Maria de Mascarenhas, na Ordem de Cristo e a quem foi feita a mercê do Senhorio do Sardeal, depois de D. Miguel de Almeida, lhe foi dada posse na pessoa do seu procurador, em 9 de Abril de 1695, sendo Marquês de Fontes e consta a pag. 79 v. do livro do dito ano no Cartório da Câmara desta Vila.

Teve o senhorio dela com tanto amor de seus vassallos e zelo da justiça pelos factos que conhecemos, se fará sempre saudosa a sua lembrança. A falta de inteireza que nesta parte se experimenta nesta Vila, com a sua assistência na Corte de Roma, a fez recuperar com a sua chegada, pondo tudo em tão boa ordem, que o amor e distinção com que honrava seus vassallos e a afabilidade com que a todos agasalhou sua grandeza, fez nestas suas terras, com que sem diminuição aos respeitos de senhor, fosse de todos amado como pai, sabendo sua prudência dissimular descuidos, não acertava sua tolerância a permitir injustiças e em tudo trabalhou para fazer nelas feliz sua regência, sistema que ruins conselheiros, fizeram parecer desaprovável em seu filho. Amou não somente a nobreza mas a todos os homens de bom prestar, de sorte que a todos soube dar o seu devido preço. Viveu alguns anos em Abrantes, aonde morreu em 30 de Abril de 1733, logrando o Senhorio do Sardeal, 28 anos e 21 dias.

Sucedeu-lhe na sua casa, títulos e estado, seu filho, o Senhor D. Joaquim Francisco Rodrigues de Sá e Meneses, 2º Marquês de Abrantes, 6º Conde de Penaguião, 7º Senhor do Sardeal, gentil homem da Câmara do Rei D. João V e do Rei D. José, nosso senhor que Deus guarde e vive sem filhos até ao presente ano de 1755. (Falecido em 15 de Junho de 1756).

#### **RETRATAÇÃO:**

Suposto dizemos que D. Rodrigo Anes de Sá Almeida Meneses, 1º Marquês de Abrantes, fora filho de D. Francisco de Sá e Meneses, é engano, porque mais bem informados achámos que este Francisco, chamado de Granada, porque morreu de uma que lhe arreventou nas mãos e foi primogénito senhor da casa, por causa da morte ficou sua casa a seu irmão D. Rodrigo Anes de Sá Almeida Meneses, 6º Conde de Penaguião, 2º Marquês de Fontes e 1º de Abrantes, a quem sucedeu em títulos e estados seu filho D. Joaquim Francisco que os possuiu anos e morreu sem filhos a 15 de Junho de 1756.

Por alvará de 29 de Agosto deste mesmo ano foi Sua Majestade servido fazer mercê dos seus estados, rendas e senhorios a sua irmã a Exm<sup>a</sup> Senhora D. Ana de Lorena, primeira Duquesa, Camareira-Mór da Rainha Nossa Senhora, como já era da Rainha Mãe de Sua Majestade. Tomou posse desta Vila e entrou com auspícios que prometem felicidade de acerto em seu governo, nomeando na sua primeira pauta das justiças 6 daquelas pessoas que ordenam as leis de Sua Majestade, coisa que no governo de seu irmão se não viu mais do que uma vez e foi o ano em servia de Juiz o Dr. Ambrósio José de Andrada. É senhora de singularíssimas virtudes e de entendimento não vulgar e no amor da razão imitadora efficacíssima de seus maiores de onde se pode crer que se em seu governo se experimentar desacertos (o que Deus não permita) se não devem atribuir a recta intenção de seu ânimo nem de seu juízo.

## NOTABILIDADE DO SARDOAL

Uma das mais notáveis memórias a que se devia dar lugar no princípio deste livro, é que em nenhum tempo no Sardeal, nem ainda sendo lugar, consta que houvesse família natural deste povo em que houvesse aquela infame nódoa, que jamais se extingue aonde uma vez chega a cair. Nunca aqui houve família de Judeus ou de Cristãos-Novos, que fossem oriundos e naturais desta Vila. E se alguns tem havido adventícios uns se ausentaram, outros não deixaram aqui sucessão.

Destes assim adventícios se faz menção no palimpsesto 7º para socorro de algumas famílias com quem se aparentaram por casamentos de que não ficou sucessão alguma.

### **NÚMERO DOS FREGUESES QUE TEM A FREGUESIA DESTA VILA E SEU TERMO:**

Tem esta freguesia de S. Tiago e S. Mateus da Vila do Sardeal 694 fogos, pessoas de comunhão 1586 e de confissão somente 144. Tem a Vila 330 fogos. Pessoas de comunhão 1 016 e de confissão 72, o que tudo consta no Livro dos Confessados que vi com o Vigário o Reverendo António Caldeira de Andrade, hoje em 31 de Outubro de 1754.

Prometemos tratar mais largamente das coisas pertencentes à Igreja desta Vila, sendo-nos mostrados papéis que disso tratavam, como se nos tinam prometido.

Hoje, porém, perderam-se as esperanças de poder vê-los, porque achando-se os que havia na Cidade de Lisboa, por motivo de certa demanda em respeito de Benefícios, temos por desengano que pelo terramoto do ano passado de 1755, no primeiro de Novembro, em que se destruiu e queimou a maior parte daquela cidade. Com tantos cartórios que no distrito que compreendeu o incêndio nada livrou às chamas e às ruínas, são perdidas as esperanças de ver os ditos papéis, os quais ainda que por acaso pudessem livrar ao incêndio, porque talvez estivessem aonde este não tivesse chegado, não será preciso menor milagre ou casualidade, segundo as mudanças da cidade em diversos abarracamentos em que hoje está e poderem ser restituídos e uns papéis que no tempo presente, nada em Lisboa se tem por coisa de menor importância. E assim dizendo o que somente sabemos tanto por tradição e algumas confrontações de escrituras que antes temos visto, como por vestígios que ainda estão é sem dúvida que a primeira freguesia de S. Mateus foi defronte da porta principal da Misericórdia aonde entre quintais de diversos moradores, ainda hoje se vê um arco de cantaria tosca que denota ser mais de porta do que cruzeiro: também pela altura de mais de 4 covados, ao solar da rua, se infere ser porta travessa e não principal, porque havemos de supôr que a tal Igreja teria a porta principal voltada contra o ocaso do sol e para a frente da Misericórdia.

A ocasião que houve para se transplantar deste lugar a dita Freguesia de S. Mateus como não há papéis que o declarem, podemos inferir que por incómodo ou por arruinada se trasladou a dita freguesia. O tempo não se pode inferir. Mas seria ao tempo que o Prior que então era erigiu os quatro benefícios, pois é de crer que a antiga não teria coro por não lhe ser necessário, nem seria tão espaçosa como a que hoje existe e que ou por estes motivos ou talvez por arruinada se trasladou para o lugar onde hoje é.

Também pode concorrer para o mesmo fim porque a força maior do antigo lugar de Sardeal ficava da Misericórdia para baixo e compreendia o que hoje são quinchosos subúrbios, tanto sobre a Ponte de S. Francisco, como sobre a Ribeira Pequena e

vizinhanças do Paço, em cujos distritos se vêm ainda hoje muitos vestígios de serventias antigas, como portadas e outros.

Foi em aumento o dito lugar como confirma na Doacção que lhe fez de Vila e cresceu para esta parte norte e Chafariz da Murteira ou Rua do Vale, como consta por tradição. Como este aumento do lugar e para esta banda ficasse mais distante aos moradores, a dita freguesia e por a tirarem do lugar ensapado e que não podia deixar de ser estreito, outrossim por sua muita antiguidade ou ruína erigiram sua nova situação no lugar onde hoje está por ser lugar mais espaçoso, alegre e desafrontado, no cimo do monte, que respeitando as vistas das duas ribeiras se apresenta monte não de mediana grandeza.

Aqui, pois, se edificou a dita freguesia ou matriz, igreja tão grande e campeira e com os mesmos espaços que hoje ocupa, sinal por onde se mostra não ser a povoação já pequena.

É verdade se lhe não deu a altura que hoje tem, porque no século de 500 e já depois do Sardoal ser Vila, se faz menção nos livros da fábrica de obras na dita Igreja, nos quais escreverei uma antiqualha que se hoje tornasse a ter uso não estaria a dita Igreja em termos de se lhe arruinarem os telhados, como se diz que está.

É de saber que por estes anos andava a administração da fábrica em pessoas seculares (no ano de 1771 se tornou a passar a Fábrica para os seculares), por eleição da Câmara a quem davam contas e consequentemente aos provedores de que havia livros de receita e despesa e ainda estão. Num destes livros que se achava no Arquivo da Misericórdia consta que o jornal dos trabalhadores não passava dos 50 réis por dia: por isso se podiam fazer obras naquele tempo com tanta diferença ao presente que vai de meio tostão aos três tostões que hoje ganham.

#### **NOVA SÉRIE DOS SENHORES DO SARDOAL COM O TÍTULO DE DUQUES DE ABRANTES:**

Entrada a Sr<sup>a</sup> D. Ana de Lorena, Duqueza, Camareira-Mór no Senhorio de Abrantes, Sardoal e mais estados do Marquês, seu irmão por alvará de 29 de Agosto de 1756, como antes fica mostrado se trataram novos desposórios com sua filha a Marquesa de Abrantes e o Senhor D. João, filho do Sereníssimo Infante D. Fancisco que Deus tem. Determinou-se seu recebimento na Corte de Salvaterra, para o dia 2 de Fevereiro deste presente ano de 1757, que se não efectuou por moléstia do Senhor D. João em razão do qual mandou a Exm<sup>a</sup> Senhora Sua Esposa dar aos pobres todo o custo do jantar destinado para aquele dia, o que fez pela saúde do Sr. D. João, que melhorado, se celebrou a função dos desposórios no dia 20 de Fevereiro no Oratório do Paço, sendo padrinhos Suas Majestades. Logo depois de recebidos o Rei meteu no chapéu do Sr. D. João, um papel em que se lia um alvará pelo qual Sua Majestade fazia mercê à Sr<sup>a</sup> Marquesa do título de Duquesa de Abrantes e que o mesmo logra assim o filho ou família que houvesse do presente matrimónio e lhe sucedesse na sua casa. Beijou D. João a mão de Sua Majestade e a Marquesa passou ao quarto da Rainha aonde recebeu a honra de Duquesa e dali passou ao da Sr<sup>a</sup> Duquesa Camareira-Mór, sua mãe, aonde a foi buscar o noivo na sua berlinda e a levou para a casa onde se alojou. Depois apareceu o Marquês de Tancos no Paço e disse aos Fidalgos que o Sr. D. João lhes rogava quisessem tomar o trabalho de chegar a sua casa, onde tiveram um magnífico recebimento e esplêndido banquete ou púcaro de água.

Celebrados os referidos desposórios o Sr. D. João e a Duquesa Camareira-Mór, acompanharam Suas Majestades para a Corte e fazendo-se outra vez na volta de Salvaterra, onde os esperava a Duquesa de Abrantes, partiram todos para esta vila onde nas margens do Tejo foram recebidos com públicas manifestações de júbilo pela

Câmara, Clero e Nobreza e grande multidão de povo e conduzidos aos seus Paços do Castelo da mesma vila, se apearam à porta da Igreja do mesmo castelo onde tem seu jazigo o 1º Marquês de Abrantes, pai e avô das Duquesas e ali a Sr<sup>a</sup> Camareira-Mór entre lágrimas e orações aspergiu de água benta a sepultura de seu amabilíssimo Pai, ministrando-lhe o hissopo o Reverendo Padre Manuel Alves, natural desta Vila do Sardeal e Prior prebendado da dita Igreja por mercê da mesma Camareira-Mór. E logo com a mesma pompa foram acompanhados S. Excelências até de todo serem recolhidos aos seus paços onde receberam todos pública demonstração de agrado de Suas Excelências.

No dia seguinte foram outra vez buscados pela nobreza e na segunda-feira se disseram missas na Igreja do Castelo pela alma do Marquês Pai, concorrendo as religiões, clero e mais nobreza, a quem depois de recolhidos aos Paços S. Ex<sup>as</sup>. agradeceram a todos este obséquio público com públicas demonstrações de seu agrado, fazendo chamar a cada um por seu nome e conduzidos ao quarto de D. João, ali se lhes deu assento e foram tratados urbana e benignamente e passando-se debaixo da mesma ordem ao quarto das Duquesas, acharam todos a mesma urbanidade com o que mais se apurou o amor e júbilo com que Suas Excelências são tratados todos os dias. No dia 9 cheguei e fui recebido com grande acolhimento e agrado da Duquesa - Mãe em seu quarto onde me deu assento que eu não queria aceitar, mas instado lhe obedeci e tive ainda favorável demonstração ao que lhe propuz a bem de seu serviço relativo ao governo público desta Vila e no dia 7 já havia cumprimentado ao Sr. D. João que recebeu benigno.

No dia 13 vieram S. Excelências ver esta sua Vila do Sardeal de quem se confessaram afeiçoados pela fidelidade que sempre conheceram em seus naturais.

Foram esperados no caminho e recebidos na Vila com as demonstrações mais plausíveis que pode ser. O Capitão-Mór que os conduziu entre grande parte da nobreza destes dois povos os recebeu quando entraram na Vila, na frente das ordenanças. Fizeram sua entrada na Vila pela Quinta do Constâncio, com grandes repiques de todos os sinos da terra, fogo de ar, armações das janelas e ruas junçadas e se dirigiram ao Convento de N. Sr<sup>a</sup> da Caridade, sendo ali recebidos pelo seu Guardião Frei José de Canas e mais corpo da sua comunidade e conduzidos pelos juizes e oficiais da Câmara que com as varas nas mãos em duas alas os acompanhamos diante até à Capela-Mór e dali feita oração que demorou por espaço moderado, foram levados Suas Excelências à Capela da Milagrosa Imagem do Senhor dos Remédios, onde se detiveram algum espaço e a Duquesa-Mãe recebendo algumas petições das pessoas pobres se tornaram a meter em suas carruagens, sendo já grande o concurso de povo tornaram Rua do Vale abaixo e pousaram em casa do Capitão-Mór Francisco Xavier de Mendonça. Ali se apeou toda a nobreza de Abrantes que acompanhavam Suas Excelências e toda a mais nobreza da terra que de pé os seguiam desde o Convento. Foi D. João conduzido ao guarda-roupa e quarto masculino das casas e as Duquesas ao quarto interior feminino, havendo em todos os referidos quartos, púcaro de água magnífico, esplêndido e esquisito. Todos fizeram a cerimónia, até que sendo já mais de 4 horas da tarde Suas Excelências deram ordem de retirar e tendo designado visitar a Igreja da Freguesia, por ser tarde o não fizeram e tornaram a recolher-se aos seus Paços do Castelo de Abrantes, onde chegaram entre as 6 e as 7 da noite. No dia seguinte tive ainda das Senhoras Duquesas que me receberam com agrado fora do quarto das visitas no seu Oratório no quarto alto e se mostraram muito afeiçoadas ao Sardeal e agradecidas ao obséquio com que aqui foram recebidas, a Duquesa - Mãe se mostrou sentida de não ver a Igreja, mandando-me desse disso uma satisfação ao Vigário e protestando ainda de a ver, o que fez no dia 17, chegando aqui das 3 para as 4 horas da tarde, repentinamente e sem ser esperada. Concorreu a nobreza, clero e povo que se achou na Vila e foi sua Excelência conduzida a casa do Capitão-Mór, recebida no



quarto interno onde estive no espaço de uma hora. Os filhos de Sebastião de Ataíde vieram em seu seguimento e a acharam na dita casa. Veio logo o Príncipe D. João e a Duquesa sua mulher, de que dando eu nota dentro à Duquesa saiu a encontrá-los e foi o encontro defronte da minha casa, porque a Duquesa de Abrantes saiu à esquina de Santa Catarina a tempo que a Duquesa-Mãe ia defronte destas casas, ali passaram e se cumprimentaram e partiram para a Quinta das Sentieiras acompanhados do Capitão-Mór e seu filho o Digno Deputado que com os referidos Álvaro Soares e Luís Galvão e comitiva de Suas Excelências os conduziram ao seu Castelo com bom sucesso. Seus vassallos, sei de muitos nesta Vila que se interessaram na sucessão feliz desta Ilustríssima e Excelentíssima Casa fazendo deprecações à Igreja e Seus Santos para este desejado fim que Deus prospere.

**1761** - Faleceu a Excelentíssima Duquesa Camareira-Mór, Senhora do Sardeal e Abrantes, no primeiro dia do mês de Julho do presente ano de 1761. De cujas terras e domínios fez logo El-Rei mercê a sua filha a Sr<sup>a</sup> Duquesa de Abrantes, nomeando seu marido o Sr. D. João, por Administrador da Casa de Abrantes, que houve posse também do Senhorio desta Vila do Sardeal, que lhe dei, servindo de Juiz neste ano e a tomaram Francisco Xavier de Mendonça e seu filho Bento Manuel de Moura e Mendonça por procuração das sobreditas Suas Excelências o Príncipe D. João e sua mulher a Sr<sup>a</sup> Duquesa de Abrantes de que de tudo fizemos livros e autos e nesta Vila, hoje 12 de Setembro do sobredito ano-Jacinto Serrão da Mota, que o escrevi.

Faleceu a sobredita Duquesa de Abrantes em 1764. Faleceu sua sobrinha Sr. D. Madalena a quem se deu a Alcaidaria-Mór de Abrantes e estamos em 1772 e ainda se não fala em quem há-de recair o Senhorio do Sardeal, nem de Abrantes. Existe o Sr. Conde de Vila Nova, 3<sup>o</sup> neto do primeiro Marquês de Abrantes e não há-de perder esperanças.

**DECLARAM-SE ALGUNS PRIVILÉGIOS, HONRAS E ISENÇÕES E MERCÊS FEITAS PELOS REIS DE PORTUGAL AO LUGAR DO SARDOAL E SEUS MORADORES E HAVIDAS DE SEUS ORIGINAIS QUE SE ACHARAM NO CARTÓRIO DA CÂMARA DESTA VILA EM MUITOS PERGAMINHOS.**

- Mercê e carta da Rainha Santa Isabel, a requerimento dos moradores do lugar do Sardeal, em que manda que a estrada por onde se comunica a Beira, com as vilas de Abrantes e Punhete haja de passar pelo lugar do Sardeal. Dada em Coimbra -Ano de 1313.

- Outra carta ou alvará da mesma Santa Rainha em 20 de Abril de 1315 em que ordena ao Alcaide de Abrantes, eleja Alcaide no lugar do Sardeal, como dantes era uso para fazer o que os juizes do dito lugar lhe mandassem..

- Um alvará de El-Rei D. Pedro I, passado em Santarém em 19 de Julho de 1366 em que confirma ao Sardeal a posse de seus antigos estilos e privilégios, sobre fazerem posturas pertencentes ao governo civil e elegerem almotacés e outras muitas coisas mais que já não têm nem podem ter uso.

- Um privilégio de El-Rei D. João I em que escusa aos moradores do lugar do Sardeal de irem honrar a Procissão do Corpo de Deus na Vila de Abrantes, porque têm boa Igreja e paramentos e o uso de fazerem a dita Procissão no dito lugar do Sardeal onde há muitos bons homens. Passada no ano de 1431.

- Um alvará por onde o mesmo Rei confirma o privilégio referido, passado em o ano de 1432.

- Um privilégio de 1436 do mesmo Rei D. João I, em que confirma e faz guardar seus antigos privilégios aos moradores do Sardeal e principalmente os que lhe concedeu o Rei D. Pedro I de que não sejam constrangidos por Abrantes a levar presos fora deste termo, só os que passando por aqui fossem para a Cadeia da Amêndoa.

- Um privilégio pelo qual o Rei D. Duarte isenta aos moradores do Sardeal para que não sejam obrigados a fazer nem concertos nos caminhos fora dos limites do seu concelho e julgado, porque os moradores de Abrantes os constrangiam a que ajudassem a concertar a Calçada de N. Sr<sup>a</sup> da Ribeira, ano de 1435.

- Uma carta de confirmação de El-Rei D. Afonso V passada no ano de 1432 em que confirma uma sentença dada pelo Corregedor da Comarca da Extremadura sobre a referida matéria cuja sentença foi dada no ano de 1430.

- Um privilégio em que o Rei D. João II concede às justiças do lugar do Sardeal, jurisdição nos feitos cíveis e de almotaçaria e que os juizes possam condenar injúrias verbais dando apelação e agravamento para os juizes de Abrantes nos casos em que os houvesse dar. Dada em Santarém. Ano de 1482.

- Uma carta de confirmação do dito privilégio por El-Rei D. Manuel - ano de 1496.

- El-Rei D. João III, confirma no ano de 1528, um privilégio por que El-Rei D. Manuel concede aos juizes do Sardeal, jurisdição sobre casos de crimes, passada no ano de 1507.
- Uma carta de El-Rei D. João III pela qual confirma o dito privilégio, passada no ano de 1528.
- Um alvará de El-Rei D. Afonso V, do ano de 1471, firmada pela sua Real mão, em que confirma ao lugar do Sardeal todas as honras, isenções, liberdades que lhe guardaram todos os mais Reis seus antecessores, declarando que de tanto havia estarem em posse deles serem guardados.
- Uma carta de D. Gonçalo, Bispo da Guarda em que concede ao Concelho de Sardeal as esmolas dos que se mandam enterrar no corpo da Igreja, pé de altar, se acudir aos reparos do corpo da Igreja, alpendre e campanário, sendo prior o Padre João Lopes, ano de 1450.
- Uma provisão de El-Rei D. Sebastião para que os Almotacés possam nesta Vila servir 3 meses, dada em Évora a 4 de Maio de 1575.
- Um alvará em que o Rei D. João III confirma outro de seu pai em que ordena que certo alvará que têm os moradores de Abrantes, não compreenda aos moradores do Sardeal, mais do que aos Tabeliães ou pessoas que houverem de fazer feitos públicos. Passada no ano de 1518 e confirmada no ano de 1528.
- Uma sentença do Corregedor da Comarca da Estremadura Joane Lourenço, Cavaleiro e Vassalo de El-Rei em que manda que se afirmam as medidas dos vinhos pelos Almotacés do Sardeal e os marcos grandes em Abrantes de S. João a S. João. Ano de 1396
- Um privilégio de El-Rei D. Pedro, de 1402 pelo qual quer meirinho-mór no lugar de Sardeal que para fiel a outro, perante os juizes de Abrantes sejam presos pelos juizes do Sardeal e não sejam soltos sem os juizes o fazerem saber a El-Rei ou Infante.
- Uma sentença sobre águas que corriam onde hoje chamam o Ribeiro Barato- 1411.
- Um privilégio de El-Rei D. João II em que manda que os moradores de Abrantes sejam obrigados a comprar os vinhos e azeites aos moradores do Sardeal em 1441.
- Provisão de El-Rei D. João III para que o lugar de Alferrarede possa ter juiz sem embargo que esteja perto da Vila - ano de 1535.
- Carta de El-Rei D. Afonso V sobre a servidão da água que sai do Poço dos Açougues - ano de 1454.
- Uma provisão de El-Rei D. João II para que haja adua a quem tiver porcos no lugar do Sardeal - 1426.
- Uma carta dos juizes de Abrantes para que do Sardeal mandassem homens e bois para acarretarem madeira para conserto ou fazimento da barca, a qual os juizes do

Sardoal não cumpriram respondendo: *nom erom feudo em servidom, pois pagava cada morador todos os anos um alqueire de pão para adubo das barcas.*

Mais alguns privilégios de isenções e franquezas por graça a mercê dos Reis teve o Sardoal, já como lugar ou como Vila e tem ainda muitas provisões de que aqui não faço menção. Uma vi em outro tempo no...**(faltam as folhas 118 e 119)**

## SUPLEMENTO ÀS MEMÓRIAS DO GRANDE PAULO PARADA

Suposto que a páginas 93 e seguintes levamos a Baronía de Paulo Parada, natural desta Vila, faço declaração que ali não vai com erro, mas com toda a verdade, bem que contra a opinião de Monterroyo, que faz a Paulo de Parada, 3º neto de Álvaro Roiz Parada, não o sendo, mas sim do seu irmão Francisco Leonel de Parada, Cavaleiro de Malta, Bailio de Acre, filho de Rui Lourenço de Parada e suposto que nas memórias restauradas do dito Paulo de Parada pareça aprova aprovar este erro declarando-o 3º neto de Álvaro Roiz Parada e a pag. 93 o meto no escuro dizendo 3º neto de Rui Lourenço, declaro ingenuamente e debaixo da verdade, segundo ciência certa que tenho por papéis que vi e logo citarei que de Gonçalo Lourenço de Gomide e de Maria Anes de Parada, nasceu Rui Lourenço de Parada, deste Álvaro Roiz Parada e o dito F. Leonel de Parada, o qual teve Rodrigo de Parada, pai de Leonel de Parada, o Velho, que casou em Marvão com Violante de Faria ou Ana de Faria Estaço e desse e de Maria Tavares do Sardoal, nasceu Paulo de Parada e seus irmãos. E se nas memórias restauradas vou com a opinião de Monterroyo e por modéstia de não expor ao público e uma bastaria, posto que tão honrada e me aproveito de uma opinião tão autorizada e recebida como a de José Freire de Monterroyo Mascarenhas a quem fiz esta mesma declaração para poder emendar seus livros nesta parte. Consta o referido de uma árvore de família que denota mais de 200 anos que vi no arquivo de Bento Manuel de Moura, (...) que dá Álvaro Roiz de Parada, o qual não consta tivesse filho chamado Rodrigo, mas sim o dito seu irmão F. Leonel, como fica declarado. E pela antiguidade que denota a dita árvore, mostra foi feita em tempo que o referido se sabia e constava, sem outra controvérsia-

Da mesma árvore consta ser irmã de Rodrigo de Parada e filhos do dito F. Leonel, Catarina de Parada, mãe de Diogo Vaz, de quem nasceu F. Hyerónimo, Francisco de Parada, de quem nasceu Diogo Vaz e Joana que foi freira e de Brites da Trindade, sem descendência, que por seus filhos se chamarem de apelido Vaz e outras noções mais, foi mulher de Gil Vaz Themudo e é a opinião de Pedrosa. Desta Catarina de Parada (não sei dizer em que grau) procede Margarida de Parada, mulher que foi de António Carvalho, Cavaleiro-Fidalgo, dos quais nasceu o Dr. António Carvalho de Parada, Doutor em Sagrada Teologia.

António Carvalho de Parada, nasceu no Sardoal no ano de 1595, filho de António Carvalho e de Margarida de Parada. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou na Sagrada Teologia e foi douto em um e outro Direito. Foi ornado de singular prudência, juízo agudo e vasta erudição, entendimento de máximas políticas, por cujos dotes foi estimado das maiores pessoas da Corte. Foi eleito do Clero de Portugal por seu Procurador na Corte de Madrid, para tratar na presença de El-Rei, Católico, que naquele tempo era senhor desta Coroa, os mais importantes negócios do Estado Eclesiástico, donde foi sumamente estimado. Foi Protonotário Apostólico e Arcipreste da Cathedral de Lisboa, Visitador várias veses de sua Diocese, Prior de Bucelas e Guarda-Mór da Torre do Tombo. Faleceu a 12 de Dezembro de 1655.

É louvado por vários autores, como são João Soares de Brito, na Biblioteca Lusitana-Lº A, nº 59, Narangoni Besaur, Cordes- Agiolus Lusit. T2, pag 334(...).

Compôs os *“Diálogos sobre a vida e morte de Bartolomeu da Costa”*, *“Justificação dos Portugueses sobre a acção de libertarem seu Reino de Castela”*, *“Arte de Reinar”*, em prémio da qual foi eleito Guarda-Mór da Torre do Tombo, discurso político em que se propunha à Majestade de El-Rei D. João IV que o ofício de Provedor, que em muitas comarcas do Reino se exercitava, ou devia ser reformado ou extinto. (Vidé Biblioteca Lusitana-P. 234).

Disse que de Catarina de Parada, procede Margarida de Parada, mulher que foi de António de Carvalho, Cavaleiro-Fidalgo, porquanto como a dita Catarina de Parada fosse mulher do primeiro Gil Vaz de Pina, também Cavaleiro-Fidalgo, de quem procedem os Pinas e Vazes desta Vila, os quais são, hoje, somente os descendentes da Sr<sup>a</sup> D. Florentina de Parada, mulher que foi de Carlos Brandão Pereira de Cordes, Fidalgo da Casa Real e neles andam as fazendas de António de Carvalho ou parte delas e muito especialmente as que hoje possuem no termo da Golegã. É certo que estes Paradas vêm a ser os mesmos, bem que não tenhamos noção específica do grau, em que estava a dita Margarida de Parada, com a dita Catarina de Parada, que pela antiguidade desta parece ascendente daquela, mas como da dita Catarina de Parada, mulher de Gil Vaz Themudo, nasceram Francisco de Parada e Francisca de Parada e de todos houve descendência, é verosímil que de algum destes proceda a dita Margarida de Parada, mulher de António Carvalho e mãe do Dr. António Carvalho de Parada.

Em um livro antigo que para em poder de D. Diogo de Nápoles, genro de José Freire de Monterroyo, me escreve estar uma memória de que um dos descendentes da sobredita Catarina de Parada, a quem chama avó. Diz procederem de D. Durão Martins de Parada e não se assinou o que fez a dita memória, como consta do treslado que em meus papéis se achará. E como assim seja e de D. Durão Martins de Parada descendem os verdadeiros Paradas desta Vila, darei dele sua qualidade, uma breve nota copiada de outra que anda na Corografia Portuguesa, Tomo 3<sup>o</sup>-pag. 251, Cap.I da Comarca de Santarém, a qual diz da maneira seguinte:

*“ Martim Pires Botelho, a quem o Livro Velho das Linhagens, chama Martim Botelho de Sandim, foi Alcaide-Mór de Castelo Rodrigo, em tempo de El-Rei D. Dinis e casou com D. Joana Martins de Parada, filha de Durão Martins de Parada, Rico-Homem e Mordomo-Mór do dito Rei e de sua mulher D. Maria. Refere-se ao Conde D. Pedro, tit.25 e 46 e a Monarquia Lusitana- Liv<sup>o</sup> 17, cap. 34, pág. 246.*

*Teve o dito Martim Pires Botelho, de sua mulher D. Joana Martins de Parada: Afonso Martins Botelho que casou com D. Maria Vasques de Azevedo, de quem descendem em Portugal os Condes de S.Miguel e em Castela todas as casas dos Fonseca, cuja ilustre descendência se pode ver prosseguida, no lugar citado, em grande profusão.”*

E a pags. 300, descrevendo a Comarca de Setúbal no cap 2<sup>o</sup>, da Vila de Sesimbra e falando no Morgadio dos Sousas, que com o nome de Calharizes se distinguem dos mais fidalgos deste apelido, diz o autor que a sua Varonia é Pestana e teve princípio em Joane Annes Pestana que viveu em Évora e diz Severim, Tomo 3<sup>o</sup> da Nobreza de Portugal, era descendente de D. João Pestana, que em Castela foi pessoa grande no tempo do Cid Rui Dias, que o armou Cavaleiro. Casou Joane Annes Pestana com D. Maria Afonso de Parada, filha de João de Parada, Reposteiro-Mór de El-Rei, de quem teve, entre outros filhos, Álvaro Pestana ou Afonso Pestana, como dizem outros, o qual casou com Inês da Silveira, em quem o autor prossegue a dita geração, até conduzir em D. Filipe de Sousa, que no ano de 1721, em que se escreveu o livro, era Alcaide-Mór da Sertã e de Ervededo, Deputado da Junta dos Três Estados e Capitão da Guarda dos Reis D.Pedro II e D.João V.

No mesmo autor, Tomo 3<sup>o</sup>-Pag. 550 - Cap. 4<sup>o</sup>, tratando da família dos Ferreira Botelhos diz: *“...Martim Pires Botelho, que foi senhor da honra de Botelha e Alcaide-Mór de Castelo Rodrigo por mercê de El-Rei D. Dinis, a quem serviu nas guerras contra Castela, casou com D. Joana Martins de Parada, filha de D. Durão Martins de Parada, Rico-Homem e Mordomo-Mór de El-Rei D. Dinis, de quem teve Afonso Martins Botelho.”*

## BAÇOENS DO SARDOAL

Tomaz de Bação que viveu no Sardoal, onde tinha um morgadio de seus avós, descendentes dos Condes de Bação, na Galiza, o qual possui Luiz da Cunha Bação Coutinho, seu neto. Casou o dito Tomaz de Bação com D. Catarina Antónia da Cunha, filha de João Soares de Torneyo, fidalgo da Casa de Sua Majestade e irmão do Inquisidor Francisco Cardoso de Torneyo, Bispo Eleito de Portalegre e descendente por linha directa de Pedro Soares, de quem trata Duarte Nunes de Leão, na Crónica de El-Rei D. Afonso III, Pag. 25 e de D. Soeiro de Sousa, em quem o Conde D. Pedro começa a contar a geração dos Sousas e afirma Frei Bernardo de Brito, na sua República Lusitana, pag. 333, o que evidentemente se prova por um Alvará do ano de 1439, em que El-Rei fez mercê a Pedro Soares do foro de vassalo, por se achar na tomada de Ceuta, com seu primo, o Conde de Arraiolos. Vidé mais largamente: Corografia Portuguesa- T.3, Pag. 556.

### Adição: PARADAS DE CARVALHO

No que escrevi do Dr. António Carvalho de Parada, como ainda não tinha nota certa de seus avós, o que escrevi foi tirado por inferência, mas hoje, 16 de Maio de 1760, casualmente topei o dote de casamento de António Carvalho, Cavaleiro-Fidalgo, com Margarida de Parada, pela escritura do qual consta que a dita Margarida de Parada era filha de João Gueifão, Cavaleiro-Fidalgo e de Isabel Lopes e neta de Catarina de Parada. João Gueifão, por outras enumerativas, sabemos ser Parada e para a noiva, sua filha, ser neta de Catarina de Parada e de Gil Vaz Themudo, seu marido, havia o dito João Gueifão de ser filho destes, mas pelo catálogo de seus princípios, não consta mais que os referidos, de onde infiro que algum dos filhos da dita Catarina de Parada teve outra do mesmo nome, de onde nasceu o que seria avô de Margarida de Parada, mulher de António Carvalho, Cavaleiro. Foi feita esta escritura a 10 de Junho de 1569 Ou 79. Página de um livro desbaratado do dito ano e na mesma folha verso, onde pus sinal, diz ter doado uma vinha no Chão da Gracia, com seus lameiros e suas oliveiras e árvores, que parte com sua mãe e sogra, Catarina de Parada, isto em nome dos doadores.

E daqui colhemos que o dito António de Carvalho que dissemos pára em poder de D. Diogo de Nápoles, genro de José Freire de Monterroyo que Deus tem, era o mesmo que António Carvalho de Parada, de que tratámos ou de outro irmão, que ambos residiram em Lisboa e diz pela maneira seguinte:

*"- D. Durão de Parada foi Vedor de El-Rei D. Dinis e deste procedeu D. Vasco de Parada que veio de Ocanha de onde era natural, para estes Reinos nas Guerras de D. Afonso V e casou em Tomar e deste, F. Leonel de Parada, Comendador de Malta e pai de Catarina de Parada minha avó." E mais abaixo diz: " Esta que casou no Sardoal e bisavó de quem escreve estas linhas, a qual teve filhos: o João que nasceu em Tomar, em 30 de Dezembro de 1577 e foi baptizado por Pedro Alves, Cura de S. João. Foram padrinhos Garcia de Valadares e sua filha. Faleceu com 8 meses." -Diz mais: " Meu Pai faleceu em 10 de Março de 1580, com 58 anos. Minha Mãe faleceu na madrugada de 6ª Feira, 8 de Setembro de 1586."*

## SUPLEMENTO DA NOTA QUE DEMOS DO CASTELO DE ARECEZ

No ano de 1775 tornei a calcular ou a apegar as ruínas do Castelo de Arecez e achei o seu âmbito ainda maior, calculando que levaria dentro de seus muros de que só se vêem vestígios e ruínas, que em toda a parte os têm demolido e posto por terra, de que apenas em parte se vêem com alguma formalidade de muros nas escarpas e achei que dentro deles se poderia semear um bom moio de pão.

Reparei como ali se poderia conservar povoação tão dilatada sem vestígio algum de fonte por aquela redondeza do monte: porém vi que tudo entupiria o tempo com as ruínas. De que esta povoação de que não temos nome seria na antiga Lusitânia e um dos povos Tubucenses, a razão o mostra por não distar mais de uma légua da antiga Tubuci, Abrantes.

Tendo, porém, recorrido não se poder alcançar pela História nem pela tradição se foi fundação de Cartagineses, Romanos, Godos, nem Árabes, supondo-a mais antiga e acho opinião favorável de que os Godos a destruíram. Dou razão e mostro a opinião:

Havemos de fazer esta reflexão que depois da invasão dos bárbaros nas Hespanhas e da porta destas em que El-Rei D.Rodrigo, último dos primeiros Godos, se continuava no Infante Pelayo, Duque da Cantábria, a linha dos segundos Godos. Este Infante Pelayo morrendo ficou sua filha Hermesinda detentora de todas as suas possessões que seu pai havia ganhado aos Mouros, ajudado de alguns senhores e gentes, relíquias que ficaram dos antigos e primeiros Godos. Entre estes senhores foi um deles D.Afonso, descendente de Recarredo e filho de Leogivildo que gozava muitos estados com o título de Duque. Este D. Afonso teve grande parte nas vitórias de El-Rei Pelayo, adiantando seus estados, estando a seu lado em todas as batalhas contra os infiéis, a quem despossuiu de todas as que lhe restava na Galiza, Astúrias e Biscaia.

Esteve casado Afonso pelos anos 739, no 8º século, com a Infanta Hermezinda, filha de D.Pelayo e se chamou D.Afonso I, apelidando-o o povo com o nome de Católico, pelo muito que o mostrou ser no culto da Relegião entre bárbaros.

Deste nasceu D. Truillo ou Truella, de quem foi único herdeiro o 2º Afonso, chamado o Casto, que libertou a Hespanha do vil tributo das cem donzelas que o seu irmão bastardo havia celebrado com o Rei mouro de Córdova, o qual ofendido de Afonso lhe negar o contrato e o tributo entrou pelas suas terras com um exército formidável e lhe fez suas hostilidades, não se livrando de receber outras maiores.

No século 8º e pelos anos de 791 até 821 os empenhou numa acção decisiva, em que lhes matou 5 000 homens em Lugo, na Galiza e os seguiu desde ali até às margens do Tejo, retirando-os e carregando-os até Lisboa, tirando-lhes todas as praças fortes que a destra sinistra encontrava no caminho.

Eu não terei a leveza de o jurar, mas a liberdade de opinião é que nesta revolta acabou aquela forte praça em vizinhança de Abrantes. Esta liberdade não se me pode impedir. As histórias daquele tempo não nos oferecem outras clarezas: os soldados eram mais que os escritores; grandes memórias se não concederam à nossa notícia ! Esta povoação, segundo a sua grandeza não podia ser sem nome e este nem nos duvidosos treslados da tradição se nos consta. É certo que os habitantes por aqui haviam de ter suas fazendas, assim como hoje as temos por ali. O que não consumisse a guerra para as suas vizinhanças, os havia de atrair a criação e amor da pátria, a naturalidade. Cada um conjecture como lhe parecer. Eu tenho disso a minha conjectura.

Já se disse que na Lapa, Montes da Vilhena e Sobral há vestígios de povoações antigas. Todas estas são mais vizinhas a esta Vila e poderão ser já dela. Eu nada afirmo sem prova que me favoreça e esta não era mais do que a conjectura referida que não é sem verosimilhança.



*Seguem-se duas páginas com uma relação das pessoas mais importantes que viveram na Vila de Sardoal nos anos de 1541 e 1542, que não transcrevo e uma pequena nota sobre o ano de 1760:*

Memória de 1760: Faleceu no presente ano o Padre Baltasar, religioso que floresceu em nossos dias em grande assombro de virtudes, penitências e singular caridade, como testemunha uma breve relação que agora se imprimiu de sua portentosa vida e santíssimos exercícios que eu ouvi e conheci perfeitamente.

A última expulsão dos Mouros de que nos informa a História foi no tempo de El-Rei D. Afonso III que os acabou de expulsar do Reino do Algarve, pelos anos de 1250. Eles entraram por Castela e invadiram todas as Hespanhas pelos anos de 724. Residiram neste Reino, por boas contas 536 anos.

Neste largo espaço de tempo, sem dúvida haveria entre eles e os Lusitanos muitas gentilezas de acções de que a História nos não informa, assim por falta de escritores naquele tempo, como ainda de letras, porque só se tratava em armas, nem estas dariam lugar para particularizar sucessos que então se tinham em menos do que seria a glória de hoje os ver recontados. Esta conta que levamos feita é pela compilação que faz o R. P. D. Duchesne no Compêndio da História de Hespanha- 2ª Parte - Reino dos Godos da primeira linha.

Daonde segundo o que daqueles tempos nos relata o sobredito Padre, vimos a tirar pelas diferentes mutações que o tempo fez, esta província de Entre-Tejo e Minho, teve diferentes senhorios e ora pelos Reis Católicos, ora pelos Serracenos, aonde a guerra fez demolir e arruinar muitas praças e fortalezas, pela ruína das quais nos vem a lembrança que estes estragos os fariam aqueles tempos ou outros posteriores, já no tempo dos Monarcas Portugueses.

No tempo dos Godos, Reis das Astúrias, Oviedo e Leão, chamados da 2ª Linha, sucessores de Pelayo depois da ocupação de Hespanha, foi destes o 5º Rei, D. Afonso, o Casto, que sucedeu a El-Rei Tovelha. Daquele nos refere o dito Padre que reinando no fim do 8º século, o dito D. Afonso, o Casto, atacou tão ditosamente os infiéis que num desfile junto a Ledos, nas Astúrias cobriu o campo com 10 000 cadáveres Africanos. Daqui adiantando suas conquistas até ao Tejo lhes ganhou tantas batalhas, quantas se lhe apresentaram. Haviam entrado os Mouros neste Reino com o principal intento de que Afonso nunca chegasse a possuir as margens do Tejo, mas este venturoso Rei os empenhou numa acção geral em que lhes matou 50 000 homens e desde ali os carregando até Lisboa, tomando-lhes quantas praças fortes a destra sinistra topava pelo caminho.

Eis aqui a nossa Estremadura livre do poder dos Mouros. Porém não sabemos nem consta como nem quando se haviam apoderado dela. E aqui temos esta enumerativa de algumas ruínas de que havemos feito menção, em que nos é lícito contemplar algumas dessas praças fortes. Mas quem se atreverá a afirmá-lo?

Extinta a sucessão nesta linha dos Reis Godos entra o referido P. A fazer menção de que sucederam, na Monarquia de Hespanha, os Rei Franceses da Casa Bigorra de Borgonha, dando por primeiro a El-Rei D. Fernando e a sua mulher D. Sancha, no undécimo século. Diz o autor que seguimos que já El-Rei de Castela havia posto o rio Tejo entre ele e os serracenos e se dispunha para retirar as conquistas mais além do Guadiana. Daqui se colhe que ainda neste tempo estava em poder de Cristãos, do Tejo até ao Minho. Porém outra enumerativa deste tempo nos diz que entrando D. Fernando pela Estremadura a abandonou à pilhagem de suas tropas e resolvendo sobre o Tejo se apoderou de quantas praças ocupavam os infiéis deste rio até ao Douro, à excepção, unicamente, de Lisboa. Aqui o famoso Rui Dias de Bivar, chamado o Cid,

que em língua árabe quer dizer senhor, foi onde exercitou os primeiros rudimentos da milícia no sítio de Coimbra.

Era o Cid natural de Burgos e descendente por linha recta de Cain Calvo e um dos supremos Juizes de Castela, antes de ser governada por condes. É certo que o Cid Rui Dias pisou as calçadas de Abrantes e meteu debaixo dos pés, quantos mouros viviam pela sua vizinhança. Aqui me lembro das muralhas chamadas hoje do Castelo de Arecez, que há menos de 6 meses calqueei e apeguei.

Diz-nos outra enumerativa do mesmo autor que El-Rei D. Fernando (não declara o ano) capitaneando um florido exército que à custa de suas joias formou a Rainha D. Sancha, este exército bastou para tornar a pôr em razão os vassallos Serracenos e para dilatar os seus estados estendendo as conquistas entre Tejo e Guadiana e que dali dedicou o último terço da sua vida, dispondo-se para ir agradecer ao Senhor das batalhas. Reedificou templos, ocupando-se nestes e outros piedosos exercícios e no ano de 1 067 acabou a carreira dura da vida, em correspondência da era presente de 1 776, passou-se isto há mais de 700 anos. Mas ainda que por revoluções dos tempos tornassem a levantar essas muralhas de praças arruinadas e que nos tempos dos Reis Portugueses, desde o primeiro D. Afonso Henriques até seu 2º ou 3º neto D. Afonso III tornassem essas praças e fortalezas a tomar diferentes senhorios. É bem certo que tudo podia ser. E se isto é certo quem nos pode mostrar com certeza, quais são as ruínas das praças e fortalezas deste Ribatejo de onde se formou o Sardoal, havendo tão repetidas revoluções nestes contornos ? Pelo e no caso de que os fundadores não viessem de perto, mas de mais longe. Não se servia nada naqueles tempos, imaginando que todos os homens lhes havia de ser (...) o facto aos nossos tempos. Deste abuso, ainda hoje e com bem prejuízo de algumas famílias, bem que também será com utilidade de outras.

A El-Rei D. Fernando se seguiu D. Sancho, seu filho, que teve grandes desavenças com seus irmãos e irmãs para os desempossar da herança de seu pai e foi morto junto a Samora, traiçoadamente por um soldado. E sucedendo-lhe seu irmão D. Afonso VI, chamado o Bravo, para cujo valor e esforço estava guardada a restauração de Toledo, no mesmo dia em que fazia 363 anos em que estivera em poder dos Mouros. Nesta acção serviu o Cid, já grande general e valoroso soldado e foi ajudado, também, dos 3 Príncipes Franceses a quem remunerou D. Afonso estes serviços com dar-lhes suas três filhas e em dote delas os estados seguintes, a título de Condados: A Elvira o de Toleda, a Urraca o de Galiza e a Teresa o de Portugal, com o jus de ajuntar-lhe o que pudesse conquistar aos Mouros. Este El-Rei D. Afonso, o Bravo, chegou a fazer barra de divisa entre as suas terras e as dos infiéis o rio Guadiana. Porém, ainda desta parte muitas praças e fortalezas eram tidas pelos Serracenos que o Conde D. Henrique veio a conquistar depois e seu filho D. Afonso Henriques que lhe sucedeu no Condado de Portugal e foi aclamado Rei deste na Batalha do Campo de Ourique pelos soldados de seu exército. Sua descendência se perpetuou até ao Cardeal-Rei D. Henrique e se conservando hoje na augusta Casa dos Duques de Bragança pela posteridade do Infante D. Duarte que casou com a S. D. Isabel, filha de D. Jaime, Duque de Bragança, de cujo matrimónio nasceu a S.D. Catarina, vindo esta a ser filha do sobredito Infante D. Duarte filho de El-Rei D. Manuel e a S.D. Catarina sua neta em cujo real sangue se conserva hoje na Casa de Bragança, o dos primeiros Reis Portugueses, da maneira seguinte:

### **Sucessão Real na Casa de Bragança**

De El-Rei D. Manuel nasceu o Infante D. Duarte que casou com a S.D. Isabel, filha de D. Jaime, Duque de Bragança. Destes nasceu a S.D. Catarina, mulher de El-Rei D. João IV, seu primo.

Destes El-Rei D. Pedro II; deste El-Rei D. João V; deste D. José I; deste a S.D. Maria, Princesa da Beira, que casou com seu tio o Infante D. Pedro.

*Metade da última folha está quase ilegível e respeita a alguns factos do reinado de D. José.*